

Para

# Uma igualdade entre mulheres e homens

em

# Angola

Um Perfil das Relações de Género





# Índice

Agradecimentos e mapa

Introdução

Antecedentes

Guerra e paz nos anos 90

Panorâmica macroeconómica

Características demográficas

Panorâmica socioeconómica

O estatuto legal das mulheres

Desenvolvimento da democracia

Organizações de base

Saúde e reprodução

Educação

Principais sectores produtivos

Quadro institucional e estratégia nacional de género

Mulheres nos meios de comunicação social

Anexo I: Siglas e abreviaturas

Anexo II: Termos de referência (inglês)

Anexo III: Referências bibliográficas

Elaborado por Kajsa Pehrsson  
em colaboração com Gabriela Cohen, Henda Ducados e Paulette Lopes

Abril de 2000  
Tradução: Ofélia Gonçalves

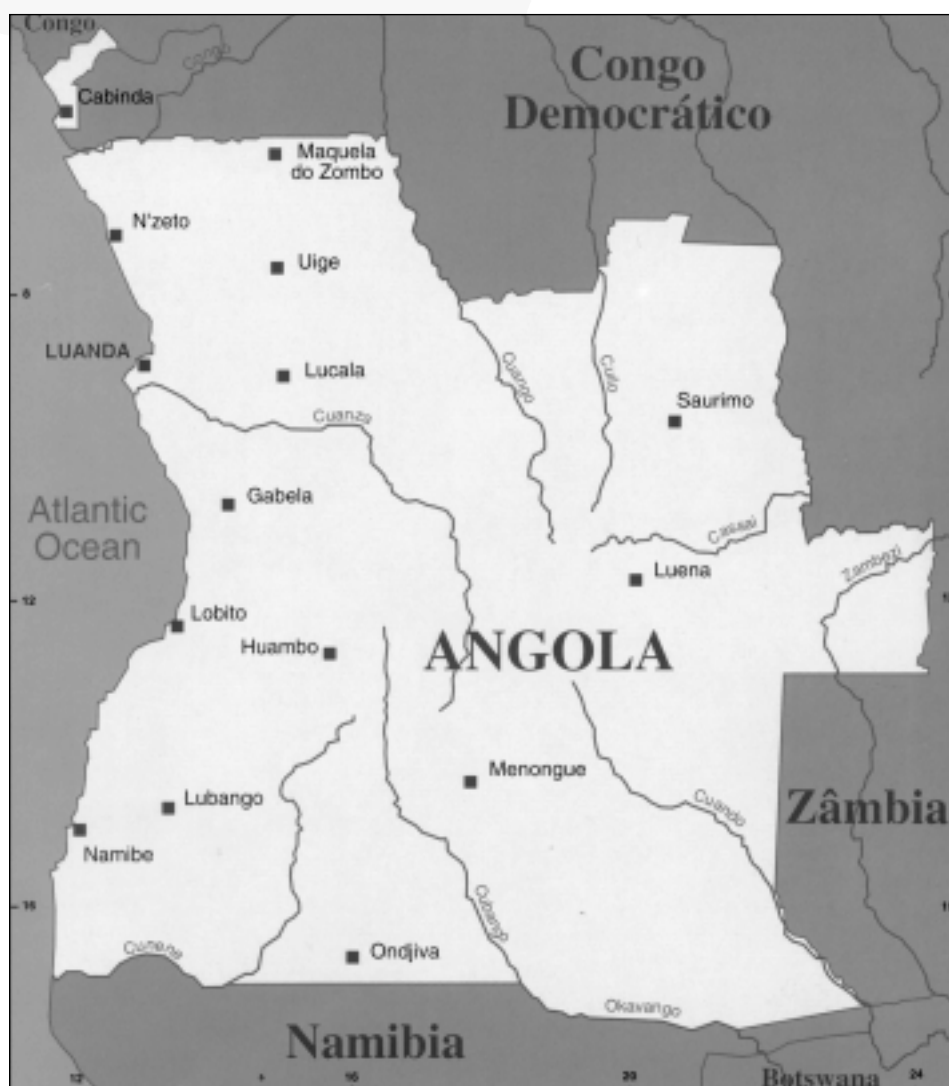
# Agradecimentos

Este perfil de género foi elaborado por Kajsa Pehrsson em cooperação com as consultoras angolanas Gabriela Cohen, Henda Ducados e Paulette Lopes que participaram, principalmente, no trabalho inicial e na revisão do primeiro esboço.

Muitas pessoas despenderam tempo e trabalho para fornecerem informações e documentos para o perfil de género. Elas representam diferentes esferas da sociedade angolana, como o governo, instituições de pesquisa, ONGs nacionais e internacionais e indivíduos interessados.

O pessoal da Embaixada da Suécia em Luanda fez comentários sobre os esboços e muito em particular, a Oficial de Programas, Cila Coelho tem estado muito envolvida no trabalho em Luanda, bem como durante o processo de redacção do presente documento.

Todas as contribuições foram de grande valor para dar forma a este trabalho. Muitos agradecimentos a todos quantos participaram no processo e agradecimentos especiais à equipa de consultoria e à sua coordenadora.



# Introdução

Esforços para alcançar a igualdade entre mulheres e homens em Angola têm lugar num ambiente de conflito prolongado com consequências profundas para o indivíduo, famílias, comunidades e a sociedade em geral.

Na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em Beijing em 1995, foram assumidos compromissos nacionais em prol da igualdade entre mulheres e homens e da capacitação das mulheres angolanas. Em 1997, Angola também subscreveu a Declaração de Género e Desenvolvimento da SADC, segundo a qual os Chefes de Estado e de Governo da SADC se comprometem a:

- Alcançar a meta de, pelo menos, 30 por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisão até 2005;
- Promover o pleno acesso das mulheres a, e o pleno controlo sobre, os recursos produtivos para reduzir o nível de pobreza entre as mulheres;
- Revogar e reformar todas as leis, emendar constituições e mudar práticas sociais que ainda sujeitem as mulheres a discriminação;
- Tomar medidas urgentes para prevenir e tratar dos níveis crescentes de violência contra as mulheres e as crianças.

Contudo, os resultados alcançados em Angola nos anos noventa ainda são muito limitados. O país experimentou uma forte urbanização como resultado do deslocamento de grandes números de pessoas durante a guerra. Uma crise social que se aprofunda e a deterioração da prestação de serviços como a educação, saúde e outros serviços básicos tornaram as condições de vida extremamente difíceis para a maioria da população angolana e colocaram a família e as relações de género sob uma forte tensão.

A guerra não só impediu o desenvolvimento, mas também tornou mais difícil do que nunca seguir a evolução social e económica no país. Grandes áreas estiveram inacessíveis durante longos períodos, tendo sido impossível a recolha longitudinal de dados socioeconómicos. Foram produzidos muitos relatórios e estudos, mas as fontes nem sempre são seguras por causa das estatísticas e outras informações estarem desactualizadas. Muito pouco tem sido escrito sobre questões de género, no sentido de descrever e analisar as relações e interacção entre mulheres e homens. O centro de interesse incide, geralmente, nas mulheres e, além disso,

sobretudo nas mulheres que vivem no meio urbano ou peri-urbano.

Esta limitação também se reflecte neste perfil de género. Por necessidade, descreve a situação das mulheres, porque muito pouco se sabe da situação social e identidade de género dos homens angolanos. A falta de dados qualitativos e de pesquisa pertinente torna bastante arriscado tentar analisar as relações de género em Angola. Até mesmo com uma abordagem mais modesta de descrever a situação de mulheres e raparigas e, às vezes, dos homens, o material disponível não apresenta o cenário completo. Fazer uma pesquisa sobre mulheres e homens utilizando uma perspectiva de género é, assim, uma das tarefas mais necessárias para os investigadores angolanos no futuro. Compreender as relações de género é a pedra angular para se atingir uma igualdade de género e um desenvolvimento social e económico democrático.

Este perfil de género começa com uma panorâmica geral de Angola e dos mais recentes desenvolvimentos. Tanto a panorâmica macroeconómica como as características demográficas têm por objectivo facilitar a compreensão da subsequente degradação socioeconómica que resulta numa propagada e profunda pobreza. A secção sobre a situação legal das mulheres descreve a discrepância entre o que está escrito na lei e a sua implementação prática e o papel da lei consuetudinária na sociedade angolana. As secções seguintes tratam do desenvolvimento complicado e lento da democracia e da participação das mulheres neste processo. A saúde, reprodução e educação são aspectos que têm efeitos profundos na igualdade de género. A contínua fraqueza de tais serviços perigará a participação das mulheres e raparigas no desenvolvimento futuro do país. Os direitos das mulheres à terra e as possibilidades de ganhar a vida estão descritos na secção que trata dos principais sectores produtivos, i.e. onde está engajada a maioria dos angolanos. O quadro institucional para as questões de igualdade entre mulheres e homens e o *empowerment* das mulheres é descrito brevemente, terminando o perfil com uma secção curta sobre mulheres nos média.

Uma lista de Siglas e Abreviaturas é apresentada no Anexo I. Os Termos de Referência estão no Anexo II e as Referências Bibliográficas no Anexo III.

# Antecedentes

Angola é, potencialmente, um dos países mais ricos na África Sub-sariana. No entanto, está hoje empobrecida, com a sua infra-estrutura física e social em grande parte destruída. A falta de segurança fez com que metade da população deixasse as suas casas e terras e se estabelecesse ao redor das capitais provinciais ou em/perto de Luanda. Grandes grupos vivem como refugiados em países vizinhos.

O país tem uma população de cerca de 12 milhões<sup>1</sup> com três grupos etno-linguísticos principais: os Ovimbundu (apr. 35 por cento), os Mbundu (apr. 25 por cento) e os Bakongo (apr. 15 por cento). Os Lunda, Chokwe e Ovambo são alguns dos outros grupos mais numerosos. A minoria de brancos e mestiços é um grupo principalmente urbano. Nenhum censo populacional foi levado a cabo desde 1970, o que significa que a maior parte da informação demográfica se baseia em estimativas.

A maioria dos grupos étnicos em Angola tem um sistema de parentesco matrilinear (a descendência é por via materna) e a sua cultura espiritual e material está baseada no sistema social Bantu. Nas sociedades matrilineares a posição da mulher é, tradicionalmente, espiritual e socialmente mais forte do que nas sociedades patrilineares. Porém, os valores sociais e culturais e as normas introduzidas pelo poder colonial português, como também por missionários católicos e protestantes, tiveram uma forte influência. A aculturação no período colonial teve a sua expressão mais forte na capital e nas cidades ao longo da costa. As relações de género, os conceitos e organização familiares e, ainda, a socialização e educação das crianças são alguns dos campos sócio-culturais que foram profundamente afectados. Ainda assim, muitos angolanos vivem com “padrões duplos”, i.e. sob influência ocidental mas com fortes laços aos valores africanos. As relações de género são uma área onde as normas são ambíguas e onde as regras sociais e legislação modernas estão frequentemente em conflito com os valores tradicionais. A prolongada guerra também teve um efeito fortemente negativo no tecido social e nas relações humanas em geral.

No tempo colonial, Angola era um território de colonos, embora o movimento de assentamento

mais intensivo de Portugal só tenha acontecido depois da Segunda Guerra Mundial. Antes da colonização massiva, no período em que foram enviados principalmente homens solteiros para Angola, a exploração sexual de mulheres africanas foi uma parte da opressão das mulheres. Isto é evidenciado no grande número de mestiços na população angolana. Mais tarde, as famílias europeias usaram as mulheres africanas como trabalhadoras domésticas, enquanto os homens eram absorvidos na agricultura e na indústria (Campbell, 1993).

O sistema colonial português implementou uma política especial de assimilação que tornou possível aos africanos atingirem um certo nível de avanço na sociedade e administração coloniais. Para obter o estatuto de *assimilado* o indivíduo tinha que deixar para trás as tradições africanas e abraçar os valores ocidentais/cristãos representados pelo estado colonial. Durante a fase final do período colonial este grupo começou a ter acesso à educação média e superior.

As mulheres assimiladas eram igualmente oprimidas, mas tiveram melhor acesso à educação do que as mulheres não assimiladas e puderam, por vezes, criar uma identidade profissional como professoras, enfermeiras, ou nos graus mais baixos da administração colonial. Os assimilados tinham uma forte identificação com a cultura e valores europeus. Eram educados em escolas e universidades portuguesas, o português era a sua língua materna e havia uma distância clara entre eles e a sociedade africana (Campbell, 1993). Isto pode explicar, em parte, a falta de concordância entre políticas oficiais de género e a realidade das mulheres africanas e as suas possibilidades de beneficiarem dos seus direitos formalmente instituídos. Só por utilizarem o idioma português ao discutir os problemas e direitos das mulheres, as próprias representantes das mulheres já excluem a vasta maioria das mulheres africanas.

Nos dias de hoje existe uma barreira específica entre as mulheres que vivem em áreas controladas pelo governo e pela UNITA, respectivamente. Algumas áreas estiveram sob o controlo da UNITA durante décadas, e o acesso nestas áreas é limitado não só à informação sobre relações de género, mas em relação à vida em geral. De acordo com

---


1 O número é uma estimativa das NU de 1998.

informação existente, as mulheres com educação jogaram um papel importante no apoio às estruturas comunitárias e na assistência à saúde e educação. Muitas delas seguiram as “áreas familiares” que acompanham o exército altamente móvel da UNITA para apoiar civis e soldados. Mas poucos detalhes são conhecidos sobre as relações de género e sobre a política da UNITA em questões de família e de mulheres<sup>3</sup>. E, mais importante, a discussão oficial relativa a assuntos de género não inclui as mulheres que vivem sob o controlo da UNITA.

Ao longo dos anos, foram feitos poucos estudos sobre a vida das mulheres na sociedade angolana e a pesquisa feita no tempo colonial tem, normalmente, uma tendência étnica e etnográfica. Na investigação moderna a nível das ciências sociais pouco foi feito para clarificar como a transição depois da independência afectou grupos diferentes de mulheres angolanas, ou como as relações de género possam ter mudado.

---

3 O material mais recente carece de qualquer informação sobre as áreas da UNITA. Uma excepção é o relatório WID-Tech de Greenberg et.al. publicado em Julho de 1997 como contribuição para a programação do apoio da USAID à reconstrução depois da implementação do Protocolo de Lusaka.



## Guerra e paz nos anos 90



No princípio dos anos 90 os angolanos sentiram confiança na paz e desenvolvimento futuros depois do acordo de Bicesse em Maio de 1991 e das eleições multipartidárias para o parlamento. Mas estas esperanças foram muito cedo reduzidas a zero a seguir às eleições presidenciais em Setembro de 1992. O conflito desencadeou-se novamente e o país voltou a uma guerra mais feroz que nunca.


Começou um novo período de esforços de paz e mediação tendo o Protocolo de Lusaka sido finalmente assinado em Novembro de 1994. Foi finalmente estabelecido em 1997 um Governo Angolano conjunto de Unidade e Reconstrução Nacional, mas o processo de normalização e reconciliação estava seriamente atrasado. O novo Governo tinha como objectivo a reconciliação nacional, a reabilitação da infra-estrutura socioeconómica e a estabilidade macroeconómica. A comunidade doadora internacional expressou o seu engajamento e vontade de ajudar Angola através de apoio político, ajuda humanitária e, de uma forma limitada, reabilitação e cooperação para o desenvolvimento.

Um curto período de relativa paz e tranquilidade tornou possível o regresso das populações rurais às suas aldeias e o relançar da produção alimentar e, ainda, o restabelecimento parcial da administração local do estado de acordo com o Protocolo de Lusaka. Porém, em Dezembro de 1998, o país teve que enfrentar uma nova erupção de desestabilização e violência e, em 1999, uma guerra em toda a escala se desenrolava praticamente por todo o país.

Depois de uma mudança constitucional em 1991, o longo período só com o MPLA no poder, chegou ao fim. Além do estabelecimento de um sistema político multipartidário, a liberdade de imprensa, o direito de reunião e o direito à greve foram outras reformas importantes que abriram a sociedade para uma nova dinâmica política.

A UNITA participou como partido político nas eleições de 1992 e alcançou uma representação considerável no parlamento. Também alguns partidos menores conseguiram obter alguns assentos. O MPLA ganhou a maioria e o sistema multipartidário começou a ser implementado a nível nacional, enquanto mudanças aos níveis políticos descentralizados eram menos visíveis. Não houve tempo suficiente para desenvolver uma representação provincial/local multipartidária genuína e estruturas administrativas locais transparentes antes da erupção da guerra no Outono de 1992.

Hoje, o difícil processo de desenvolver uma democracia formal parou. Enquanto o sistema multipartidário se restringe ao parlamento e, na prática, à capital, outros actores desempenham um papel na criação de uma consciência política e social e na adopção de uma cidadania. As Igrejas têm um papel importante e a sua participação activa a nível da comunidade pode contribuir para a capacitação das comunidades e indivíduos. Foram criadas muitas ONGs e associações angolanas durante os anos 90. Embora a maioria delas tenham uma base estreita e sejam dependentes de financiamento externo, os seus métodos de trabalho são conhecidos por serem menos burocráticos que os do governo. As ONGs e as igrejas funcionam como canais para a ajuda humanitária e algumas delas podem, certamente, contribuir para o desenvolvimento futuro da democracia local e para promover os direitos do cidadão numa situação de pós-guerra.



## Panorâmica macroeconómica

## **Políticas económicas e despesas públicas**

A economia pós-independência de Angola é muito pouco diversificada e sofre de um elevado grau de “petrolização”. O sector dos petróleos gera a metade do Produto Interno Bruto (PIB) e a forte dominância do petróleo tem sido estável desde a independência. (*Aguilar e Stenman, 1996*). O sector dos petróleos é controlado pelo governo angolano, enquanto a outra importante indústria extractiva, o sector diamantífero, está praticamente sob o controlo da UNITA. Os diamantes são, assim, presentemente, menos significativos na economia nacional, mas decisivos para apoiar as despesas de guerra da UNITA, apesar de sanções impostas pela Nações Unidas.

A agricultura e as pescas são importantes para a economia nacional, embora apenas a agricultura e pesca comerciais estejam incluídas nas estatísticas oficiais. A maioria da população vive da agricultura de subsistência (que não exclui a comercialização do excedente). Na situação presente, a guerra paralisou a maior parte da produção agrícola, quer comercial quer de subsistência.

O governo angolano tem repetidamente anunciado programas de reformas macroeconómicas desde meados dos anos 80 para diante, mas nenhum dos programas anteriores foi implementado com suficiente energia política.

O governo tem estado sob constante pressão de doadores e do Banco Mundial/FMI depois do Protocolo de Lusaka, porque os recursos dos doadores não foram contrabalançados com engajamentos do governo (*Aguilar e Stenman, 1996*). Em 1998, um novo programa de estabilização foi preparado para ajustar alguns dos desequilíbrios macroeconómicos e servir de base para negociações com o FMI. Este programa foi impedido por falta de vontade política e, provavelmente, por pressões de grupos influentes da sociedade (*Ekman, 1999*).

Em 1999 o Presidente nomeou uma nova “equipa económica”, supostamente com coragem política suficiente para negociar um acordo com o FMI. Em Maio de 1999, o governo lançou uma reforma para aumentar o acesso à moeda externa, por exemplo através de créditos que, em troca, mudariam os padrões de importação de artigos de consumo conspicuo – controlada por uma pequena elite – para bens de consumo e bens necessários para os sectores produtivos. Desde então, tem havido sinais de uma maior estabilidade

macroeconómica. A diferença entre a taxa de câmbio oficial e paralela era de menos de 10% em finais de 1999. Em Novembro, o governo anunciou uma reforma monetária nacional que não terá nenhum impacto macroeconómico, mas que facilitará as transações bancárias e em dinheiro (menos seis zeros nas cédulas bancárias).

No dia 11 de Novembro de 1999 o Presidente fez um discurso à nação, onde uma das mensagens importantes era a necessidade de cumprir com a reforma em curso e, assim, levar a cabo as negociações com o FMI e o Banco Mundial (*Svensson, 2000*). Subsequentemente, foi aprovada a proposta de orçamento, que em grande medida obedece às exigências do FMI/Banco Mundial.

Angola é fortemente dependente de ajuda ao desenvolvimento e créditos externos, uma vez que praticamente todos os sectores produtivos, à excepção da indústria petrolífera, se desmoronaram, tendo o governo reduzidas possibilidades de mobilizar recursos internos através de impostos e taxas.

Na proposta de orçamento para o ano 2000 são atribuídos à defesa, segurança e ordem pública 30% do orçamento, à saúde e saneamento 5,6% e à educação e cultura 5,2%. O montante total do orçamento aumentou, dado o aumento dos preços do petróleo. Em termos financeiros isto significa uma maior atribuição aos sectores sociais na ordem dos 30%. A distribuição real do orçamento não pode ser analisada pela proposta de orçamento, entretanto, posto que a execução está, frequentemente, sujeita a um elevado grau de variação.

## **Diferente impacto das políticas macroeconómicas para mulheres e homens**

As políticas económicas afectam mulheres e homens de modos diferentes, por causa dos seus diferentes papéis económicos e sociais na família e na comunidade, como também do seu acesso desigual aos recursos e serviços. Além do género, outras variáveis como a idade, classe, etnia e fixação urbana/rural, necessitam de ser levadas em conta quando se analisa o impacto das políticas macroeconómicas. São, certamente, precisas reformas macroeconómicas mas também reformas do sector social para reconstruir e fortalecer os sistemas de saúde e educação no país. Enquanto as reformas se limitarem ao nível macroeconómico, as pessoas pobres são as primeiras a sofrer os efeitos negativos uma vez que não têm nenhuma

protecção ou segurança económica e falta-lhes as aptidões apropriadas para tirar partido de uma economia liberalizada.

Em Angola, o nível educacional é extremamente baixo e as mulheres e raparigas são as menos instruídas. 43 por cento das mulheres adultas nunca foram à escola (40 por cento de homens) e a média de instrução entre as mulheres adultas rurais é menos de um ano (*MICS, 1997*). As consequências do baixo nível educacional entre as mulheres são evidentes no mercado de trabalho formal onde elas fazem os trabalhos menos qualificados, isso se elas estiverem empregadas. Poucas mulheres podem competir com os homens por um trabalho e a responsabilidade das mulheres pelas crianças e pela casa cria um obstáculo efectivo à entrada das mulheres no mercado formal de trabalho.

Durante o período de mono-partidarismo, com economia planificada e empresas estatais, as mulheres tinham um certo acesso ao emprego formal na indústria, agricultura e pescas. Na administração pública, neste momento, as mulheres representam, aproximadamente, 40 por cento da força de trabalho mas, a maioria delas (76 por cento), está a trabalhar como empregadas de limpeza. Também se encontram muitas mulheres nos sectores da educação e saúde (*MINFAMU, 1998*). As mulheres formalmente empregadas estão, assim, principalmente activas em sectores que são geralmente afectados pelas reformas macroeconómicas, através da privatização de empresas estatais e a redução de pessoal da administração pública.

Subsequentemente, nos anos 90, quando a economia foi liberalizada e o sector estatal privatizado, pelo menos em parte, a concorrência aos empregos aumentou. É possível que a discriminação de género aumente no sector privado. A crise social e humanitária também contribui para o enfraquecimento da situação das mulheres na economia formal. Pode-se, por conseguinte, esperar que muito mais mulheres recorram ao emprego ou auto-emprego no sector informal para sobreviver.



## Características demográficas

## Crescimento rápido da população

O primeiro estudo demográfico e socioeconómico de âmbito nacional – desde o censo populacional de 1970 – foi feito pelo Instituto Nacional de Estatísticas e o UNICEF em 1997 (Inquérito de Indicadores Múltiplos por Amostragem – MICS). É baseado numa amostra de quase 20.000 indivíduos e fornece uma informação rica sobre muitos aspectos da vida angolana em meados dos anos 90.

Várias estimativas mostram que Angola teve um crescimento rápido da população desde a independência e que a população duplicou desde 1970, de 5,6 milhões para aproximadamente 12 milhões (dos quais quase 7 milhões têm menos de 18 anos de idade). Dependendo da fonte, o crescimento da população é estimado em 2,8-3,3 por cento por ano. As mulheres angolanas dão à luz, em média, a 6,9 crianças.

Como em muitos outros países africanos, prevalecem em Angola as atitudes tradicionais e profundamente arraigadas pró-natalidade. Embora a maioria da população viva abaixo da linha de pobreza, o desejo de ter muitos filhos é evidente (*MICS, 1997*). A pobreza e o controlo frequentemente limitado das mulheres sobre as suas vidas e a sua fertilidade, para além do conhecimento e acesso limitados aos serviços de planeamento familiar, são factores determinantes para o comportamento reprodutivo das mulheres. Angola tem uma taxa extremamente alta de mortalidade infantil – a mortalidade em crianças com menos de cinco anos era de 292 por 1.000 nados vivos em 1997, que faz de Angola o terceiro país na estatística do UNICEF em termos de mortalidade a seguir ao Níger e à Serra Leoa (*UNICEF, 1999*). A mortalidade infantil elevada é, normalmente, vista como um factor que contribui para famílias maiores.

## Mulheres e homens

A esperança de vida à nascença é baixa, 44,2 anos para as mulheres e 40,7 anos para os homens (*MICS, 1997*). Está muito abaixo da média de 51 anos para a África Sub-sariana e, comparada com números internacionais, Angola tem a quinta esperança de vida mais baixa depois do Ruanda, Serra Leoa, Uganda e Malawi (*UNICEF, 1998*)<sup>1</sup>.

O estudo MICS mostra que a proporção dos sexos em Angola é muito desigual. Outros países africanos que passaram por períodos semelhantes

de guerra civil e instabilidade, apresentam uma proporção entre os sexos de 90-105 homens por 100 mulheres. A proporção na amostra do MICS é de 86:100 que se explica principalmente pela guerra e seus efeitos colaterais, como a emigração de homens jovens para evitar serem destacados para o exército. Os dados disponíveis não proporcionam uma base para a compreensão das consequências da distribuição desigual de homens e mulheres. Não sabemos onde a lacuna homem-mulher é a mais pronunciada (diferença urbana/rural, regional, etc.) ou em que grupos etários é mais marcante.

Cerca de um terço<sup>2</sup> dos agregados familiares angolanos é encabeçado por mulheres (31,1 por cento), com uma ligeira diferença entre assentamentos rurais (32,6 por cento) e urbanos (28,6 por cento). Comparado com outros países na África Sub-sariana, os números não são notáveis. A situação sofreu, provavelmente, algumas mudanças desde que o inquérito MICS foi feito, com a erupção da guerra em fins de 1998 e a mobilização de homens que resultou num maior número de famílias separadas.

## Famílias alargadas e poliginia<sup>3</sup>

A família nuclear é um fenómeno recente em Angola e pode ser identificado fundamentalmente entre uma elite da população urbana. A família angolana típica é composta, tradicionalmente, por mais membros do que simplesmente pais e filhos em várias constelações. O sistema familiar é baseado em relações de parentesco onde o indivíduo é integrado num sistema complexo de direitos e deveres. O sistema familiar em si não significa, necessariamente, que as famílias sejam grandes, embora seja esse frequentemente o caso, uma vez que a pressão psicológica e económica de ter muitas crianças ainda é muito forte. A fertilidade das mulheres é vista como uma “riqueza” importante de uma família.

A poliginia é aceite e praticada por toda Angola. Ainda assim, esta forma familiar está muito pouco reflectida em estudos socioeconómicos, embora seja, às vezes, mencionada em termos superficiais. A Organização da Mulher Angolana, OMA, dedicou pouco interesse ao papel das mulheres em sistemas familiares tradicionais. A OMA viu a modernização como a via para o desenvolvimento, negligenciando e toldando, assim, uma parte importante da realidade feminina angolana.

1 Aparecem muitos números diferentes em fontes diferentes, incluindo relatórios recentes do UNICEF e do PNUD.

2 A percentagem varia de acordo com a fonte. O Estudo sobre a Pobreza de 1995, indica que 23 por cento dos agregados familiares (inquiridos) são encabeçados por mulheres.

3 Organização familiar em que um homem tem mais de uma mulher.



## Panorâmica socioeconômica

## Desenvolvimento socioeconómico nos anos 90

O desenvolvimento socioeconómico em Angola é caracterizado por uma distribuição extremamente desigual e injusta dos recursos e rendimentos. Depois da independência o governo introduziu subsídios através de cartões e vales e privilégios especiais para os funcionários estatais. Com as reformas económicas os subsídios foram retirados, o que afectou especialmente a população urbana assalariada. (As pessoas que viviam de trabalhos do sector informal não estavam integradas no sistema de subsídios.) Mesmo quando existiam, os subsídios não conseguiram melhorar a distribuição da renda ou proteger os estratos mais pobres da população (*Aguilar, 1992*).

A desigualdade aumentou com a liberalização da economia. As pessoas sem instrução e pobres têm pouca chance de beneficiar das novas oportunidades económicas, enquanto que os já com recursos conseguem melhorar a sua posição. Inquéritos aos agregados familiares em Luanda no princípio dos 90 indicaram que o consumo estava concentrado nos dez por cento mais ricos da população. Desde então a pobreza urbana – em Luanda e em outras cidades – aumentou dramaticamente até à crise humanitária presente causada pela erupção da guerra em 1998. Luanda foi a segunda cidade mais cara do mundo, depois de Tóquio em 1998 (*EIU, 1998*), e a sua população crescente luta pela sobrevivência sob circunstâncias extremas.

### Maioria abaixo da linha de pobreza

A pobreza tem várias dimensões. As pessoas podem estar privadas de nutrição, saúde, ou educação adequadas. Politicamente, podem ser negados às pessoas direitos humanos, cidadania ou acesso às redes sociais. Os valores culturais e crenças podem prejudicar alguns grupos, enquanto que a falta de uma voz política ou a insegurança física pode empobrecer outros. Factores económicos, como os baixos rendimentos, poucos bens ou pouco acesso a mercados ou a serviços públicos, fazem as pessoas cair na pobreza. A pobreza também é dinâmica e as famílias e indivíduos podem entrar e sair da pobreza com o passar do tempo, mesmo de forma sazonal, dependendo, frequentemente, de factores externos como o clima, a instabilidade e a guerra civil.

Coexistem todas as dimensões, presentemente, em Angola: a pobreza socioeconómica, política e cultural.

Um estudo específico sobre a pobreza, feito pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) em 1995, identificou os factores mais importantes subjacentes à pobreza. O inquérito incluiu Luanda e cinco capitais provinciais (Cabinda, Benguela, Lúena, Lubango e Lobito). Os resultados são alarmantes e com a deterioração das condições de vida desde que o estudo foi feito, a situação de pobreza em Angola deve ser uma das mais críticas em África. As seguintes são algumas das observações principais:

- 61 por cento dos agregados familiares inquiridos vivem abaixo da linha de pobreza<sup>1</sup> e quase 12 por cento vivem em pobreza extrema.
- Para aumentar o nível de consumo dos pobres, seria necessário transferir 38 por cento do rendimento nacional para eles.
- A comida representa, em média, 77 por cento das despesas nos diferentes grupos de rendimento.
- O mercado de trabalho dos pobres consiste em trabalhos ruins com baixos salários, o que provoca uma contribuição marginal ao rendimento total dos agregados familiares.
- 45 por cento da população activa está desempregada, com uma percentagem mais alta entre as mulheres do que entre os homens. 34,5 por cento dos agregados familiares dependem de trabalhos no sector informal.
- Os agregados familiares que vivem em pobreza extrema também têm a taxa mais alta de analfabetismo. (Mais mulheres que homens são analfabetos.)

De acordo com o estudo sobre a pobreza, não há nenhuma tendência clara de “feminização” da pobreza no sentido dos agregados familiares encabeçados por mulheres serem mais pobres que os outros. No entanto, os agregados familiares encabeçados por mulheres estão ligeiramente sobre-representados entre os extremamente pobres.

Porém, os dados existentes não dão suficiente evidência sobre a pobreza entre mulheres e homens. Os dados foram recolhidos a nível do agregado familiar, o que obscurece as diferenças entre mulheres e homens. O agregado familiar é a arena mais

<sup>1</sup> O estudo utiliza uma abordagem de pobreza relativa com base nos custos médios de alimentação dos agregados familiares na amostra e a proporção de itens não alimentares como habitação, transporte, água, electricidade, vestuário, educação, etc., nas despesas totais do agregado familiar. A linha de pobreza monetária mais recentemente estabelecida pelo INE é de 40 USD/mês (14 USD/mês – pobreza extrema).



importante de conflitos de género, razão pela qual os dados sobre controlo/utilização do rendimento e de outros recursos precisam de ser desagregados por género para proporcionar um quadro completo da pobreza bem como de outros factores.

Usando indicadores não económicos, como a taxa de alfabetização, expressão na sociedade, acesso aos cuidados de saúde, esperança de vida, número de gravidezes e mortalidade materna, é possível obter uma ideia mais significativa das condições de vida das mulheres. Perante tal cenário, pode-se assumir que as mulheres estão privadas de algumas das qualidades de vida que até mesmo os homens pobres poderiam desfrutar.

*É necessária uma pesquisa específica de género e mais aprofundada sobre os padrões de pobreza para iluminar a situação das mulheres e dos homens a nível do indivíduo e da sociedade.*

### **Degradação ambiental e suas consequências para as mulheres**

A estratégia nacional de género (*ver capítulo “Quadro Institucional e Estratégia Nacional de Género”*) aponta as mulheres como “intimamente relacionadas com a natureza”, na sua capacidade de gestoras dos recursos do agregado familiar. Se a relação das mulheres para com a natureza é ou não diferente da dos homens é discutível, mas é certamente verdade que as mulheres são directamente afectadas pela presente degradação ambiental.

A estratégia de género tem uma abordagem interessante e ambiciosa na análise de como o ambiente, pobreza e relações de género interagem. Uma das acções propostas na estratégia é a adopção de uma lei ambiental que precisa de considerar as necessidades e preocupações das mulheres. A recente Lei do Ambiente (lei nº 5/98) tem todos os ingredientes de uma lei moderna para a gestão e protecção do ambiente, mas na lei falta uma consciência de género. Há um risco das mulheres não serem consultadas em questões ambientais, como, por exemplo, nas avaliações de impacto, uma vez que elas carecem de representação e de organização política forte.

A maioria esmagadora da população não tem acesso a outros recursos energéticos que não a lenha para cozinhar e só em áreas urbanas é possível usar gás ou petróleo. O desflorestamento é uma das consequências ambientais mais dramáti-

cas da guerra e da subsequente superpopulação de Luanda e das capitais provinciais. A apanha de lenha é principalmente uma tarefa de mulheres e crianças. A escassez provoca o caminhar longas distâncias, ou comprar combustível vegetal ou carvão.

A infra-estrutura nunca foi desenvolvida em Angola, à excepção da central Luanda e das capitais provinciais que tinham um padrão sanitário ocidental por altura da independência. Desde então, a infra-estrutura não foi mantida e a pressão da população criou problemas sanitários enormes que foram deixados por resolver. Calcula-se que em meados dos anos 90 cerca de 40 por cento da população tinha acesso à água potável e o número é, hoje, provavelmente, mais baixo. A água poluída é um dos principais perigos para a saúde em todo o país e, nem mesmo a água distribuída por camiões cisternas nas cidades, é segura. Desnecessário será dizer que, a maioria das famílias não tem nenhuma possibilidade de ferver a água antes de beber, embora a maioria das pessoas saiba que é necessário. Assim, as doenças transmitidas pela água propagam-se facilmente e contribuem para uma taxa de mortalidade extremamente alta de crianças com menos de cinco anos.

### **Estratégias de sobrevivência**

Os agregados familiares rurais dependem fortemente da produção alimentar das mulheres e, sempre que possível, do produto excedente que é comercializado. O comércio rural cessou praticamente, como também a comercialização do excedente agrícola devido à falta de segurança e aos custos onerosos dos transportes. A agricultura é limitada a algumas culturas resistentes e seguras, como a mandioca, o que piora a situação nutricional das famílias rurais. Há poucas alternativas económicas para as mulheres rurais além da agricultura. Muitos pequenos projectos geradores de rendimento e que economizam tempo para mulheres, foram planeados durante o curto intervalo de relativa paz em 1997–98 tendo sido também introduzidos alguns programas de micro-créditos. A maioria dos projectos foram localizados em áreas peri-urbanas ou rurais com infra-estrutura, o que excluiu os pobres rurais mais isolados. Poucos projectos foram implementados e a maioria deles foram cancelados ou integrados no programa humanitário em 1999.

A principal alternativa de sobrevivência das

mulheres urbanas é o sector informal, com a sua miscelânea de pequenas actividades empresariais. Isto aplica-se a mulheres em Luanda, bem como nas capitais provinciais e centros rurais. Elas estão principalmente activas no pequeno comércio, vendendo bebidas e comida ou bens de consumo nas ruas ou nos mercados informais. Esta actividade teve uma expansão enorme em Luanda durante os últimos anos e provavelmente em outras cidades onde ainda é possível adquirir artigos para vender. Um estudo da OIT, feito em 1993, estimou que 90 por cento dos artigos para consumo privado eram adquiridos no mercado paralelo (*Assunção, 1993 em Ducados, 1998*) o que nos diz algo sobre a luta das mulheres pela sobrevivência e a sua participação na economia.

### **Agregados familiares encabeçados por mulheres**

Aproximadamente um terço dos agregados familiares é encabeçado por mulheres (*MICS, 1997*)<sup>2</sup>. A instituição do matrimónio, ou de uniões de facto estáveis, tem vindo a debilitar-se durante as últimas décadas, devido à rápida urbanização e à guerra. Os soldados de ambos os exércitos estão constantemente a estabelecer novas famílias em áreas rurais quando as tropas se instalam num território ocupado. Como muitos outros países africanos, Angola experimenta o fenómeno de “mobilidade marital” e “poligamia em série” que cria cada vez mais agregados familiares encabeçados por mulheres e crianças sem um pai que contribua para a manutenção e apoio da família. Os agregados familiares encabeçados por mulheres não são nada novo, uma vez que os homens em algumas regiões do país têm emigrado por causa de trabalho durante gerações, mas o padrão de hoje é diferente e está ligado à instabilidade geral na sociedade.

Em termos económicos, cada vez mais agregados familiares são “encabeçados” por mulheres: “Hoje em dia as pessoas não podem viver do seu salário do sector formal e o sector informal é o único modo de sobreviver. Assim, a maioria das famílias são encabeçadas por mulheres, em termos de rendimento. Os homens que traba-

ham no sector formal não conseguem sustentar sozinhos financeiramente as suas famílias”. (*van der Winden, A family of the musseque, 1996, in GOA/ UNICEF, 1998*)

As razões subjacentes à elevada taxa de agregados familiares encabeçados por mulheres são várias. A “mobilidade marital”, i.e. a elevada incidência de divórcios e separações, é uma. A mortalidade masculina é outra razão, havendo dez vezes mais viúvas que viúvos no grupo etário de 30 anos para cima. Desnecessário será dizer que a guerra é um dos factores principais por detrás desta situação, mas os homens também se casam com mulheres mais jovens e morrem antes delas. Muitas mulheres também são *de facto* chefes de família por causa dos matrimónios polígamos, da migração dos homens à procura de trabalho ou conscrição.

Há uma tendência para que os agregados familiares urbanos encabeçados por mulheres tenham uma posição económica ligeiramente melhor que aqueles encabeçados por homens, com a excepção de famílias que vivem em pobreza extrema onde predominam as famílias chefiadas por mulheres. Nas áreas rurais a situação é diferente e a falta de trabalho masculino torna os agregados familiares encabeçados por mulheres mais vulneráveis que outras famílias. Os agregados familiares encabeçados por mulheres são, frequentemente, estigmatizados na comunidade porque representam uma ameaça quer para os homens quer para as mulheres por causa da sua independência relativa (*comunicação pessoal*).

### **Crianças<sup>3</sup> – marginalização, exploração e abuso**

O trabalho infantil é uma realidade quer nos assentamentos rurais quer urbanos. Rapazes e raparigas contribuem para a economia familiar, nem sempre trabalhando fora de casa, mas participando e assumindo a responsabilidade por muitas das tarefas diárias em casa. As raparigas estão, entretanto, mais amarradas à casa do que os rapazes, tendo frequentemente que sacrificar a sua instrução para cuidar da casa e dos irmãos mais novos quando as mulheres adultas passam longas

2 Esta proporção é, provavelmente, demasiado baixa. As mulheres, por exemplo, superam em número os homens em praticamente todos os grupos etários, por causa da elevada mortalidade dos homens. O padrão de abandono das famílias de soldados quando as tropas se movimentam, é outro factor que deve ser tido em consideração.

3 Existe pouco material sobre a rapariga. Portanto, por exemplo, na recente análise da situação da criança feita pelo Governo de Angola e o UNICEF, as “crianças” são tratadas na maior parte das vezes como uma só categoria.

horas nos campos ou no comércio. Muitas raparigas jovens também trabalham como empregadas em famílias mais ricas, em troca de salários baixos e em condições geralmente difíceis.

A erosão das infra-estruturas sociais e a crise social e económica generalizada torna o futuro das crianças angolanas muito desanimador. O governo angolano é signatário da Convenção dos Direitos da Criança mas, até aqui, tem feito pouco para cumprir as suas obrigações inerentes. Sem educação, cuidados de saúde e segurança familiar, muitas crianças tornar-se-ão marginalizadas na sociedade e herdarão a pobreza e miséria da geração dos seus pais. Nos anos 90, crianças socialmente marginalizadas tornaram-se parte da vida urbana, especialmente em Luanda. Milhares de jovens rapazes buscaram refúgio da guerra e vivem nas ruas. Muitas crianças deixam a casa devido a problemas na família: relações familiares difíceis, pobreza, exploração ou violência. O número de raparigas prostitutas está a aumentar em Luanda e em outras regiões do país, principalmente nas zonas diamantíferas e nas capitais provinciais (Cohen *et al.*, 1996). Regista-se um consumo crescente de liamba, cocaína e “ecstasy” entre jovens de ambos os sexos que se dedicam à prostituição (*comunicação pessoal*).

Diz-se que a prostituição é um fenómeno recente em Angola. É, no entanto, certo que se tornou mais aberto e visível durante os anos 90. O controlo social e moral por parte das estruturas do MPLA e da organização das mulheres deixou de existir e, junto com a luta pela sobrevivência na cidade e o anseio por bens de consumo inacessíveis, algumas raparigas e jovens mulheres encontraram o seu caminho na prostituição. Parte da prostituição está evidentemente ligada ao número crescente de estrangeiros em Luanda, mas existe certamente também um “mercado” nacional para serviços sexuais. Em meados dos anos 90 havia registos de até 1.000 prostitutas com menos de 18 anos, e uma ONG local registou cerca de 100 pequenos bordéis em Luanda. Nas áreas diamantíferas nas províncias das Lundas, o número de jovens prostitutas dizia-se ser mesmo mais alto que em Luanda (*idem*).

Também no ambiente escolar as meninas correm o risco de serem abusadas sexualmente por professores homens, embora este assunto não seja tão abertamente debatido como em outros países africanos. A culpa é frequentemente posta nas raparigas que são acusadas de seduzir os professores para obter benefícios na escola. A dimensão do

problema é desconhecida, mas o MINFAMU está a planear apoiar um projecto de educação das raparigas que, para além de livros escolares, proverá batas “para evitar excitar os professores” (*comunicação pessoal*).

*O abuso sexual nas escolas precisa de ser abordado e levado seriamente, criando-se um código de conduta nas escolas e insistindo num comportamento profissional e ético entre os professores.*

O trabalho infantil é outro aspecto da exploração de menores. Em Angola as crianças trabalham fundamentalmente no sector informal urbano, sós ou com os seus pais, ou executando tarefas específicas no campo ou em casa. Parte destas tarefas estão tradicionalmente ligadas à socialização das crianças, mas na situação de emergência e crise socioeconómica de hoje, resulta num fardo demasiado pesado sobre as crianças na família. As crianças são frequentemente exploradas por terceiros, principalmente as meninas que trabalham como empregadas domésticas e pouco é conhecido sobre a sua situação. Há uma falta geral de informação sobre o trabalho infantil em Angola, embora se assuma que as crianças não são usadas como mão-de-obra industrial.

*O trabalho infantil precisa de ser mais analisado, tanto no seu contexto familiar socioeconómico, como fora da família, tendo em conta os diferentes padrões de trabalho para raparigas e rapazes e como isso afecta a sua instrução e saúde.*

## **Consequências socioeconómicas e humanas da guerra**

A situação de emergência afecta mulheres e homens de forma diferente. De uma forma geral, a carga de trabalho das mulheres aumentou drasticamente. O cultivo, a recolha de água, a apanha de lenha e o cuidar da família são tarefas que ficaram mais difíceis e até mesmo perigosas com a implantação de novas minas ao redor das aldeias ou cidades onde estão concentradas as pessoas deslocadas. A agricultura, o comércio rural e a troca rural-urbana de produtos pararam na maior parte do país. Enquanto as mulheres mantêm o seu papel reprodutor, os homens que permanecem com as suas famílias sofrem da falta

de mobilidade, da impossibilidade de achar trabalho ou de comercializar os seus produtos.

Das áreas da UNITA havia informações não oficiais em meados dos anos 90 de desnutrição, resultante da “taxa” sobre a agricultura (*Åkesson, 1996*). A desnutrição é hoje amplamente relatada, em todas as áreas do país. A destruição/declínio das infra-estruturas e serviços de saúde e a falta de medicamentos básicos fazem da responsabilidade das mulheres pela saúde familiar um fardo pesado.

Nas áreas peri-urbanas ao redor de cidades controladas pelo governo, a pressão sobre a terra está continuamente a crescer, tornando impraticável para as pessoas deslocadas cultivarem. A instabilidade em áreas sob cerco torna impossível para mulheres e homens produzirem excedente ou organizar micro-empresendimentos. As tarefas diárias das mulheres, quer sejam elas deslocadas ou residentes, absorvem mais tempo e muitos dos esforços anteriores para organizar as mulheres à volta de projectos geradores de rendimento foram interrompidos.

As famílias urbanas sentiram o crescente sofrimento económico e a permanente frustração ao tentarem manter uma segurança alimentar mínima para garantir a saúde dos seus filhos, o que significa que não podem atender a outras necessidades urgentes, como a saúde e a educação.

A guerra e a pobreza também destruíram em grande parte o tecido social e puseram as famílias sob extrema tensão. Muitas famílias foram divididas ou perderam membros na guerra. Pais e filhos foram separados enquanto fugiam das confrontações militares ou de agressões a civis. Com os recursos sempre a decrescer os pais têm cada vez menos possibilidades de dar aos seus filhos a segurança e atenção de que eles precisam.

Estas tendências provocam mudanças importantes na família, paralelamente com muitos outros factores de transformação. O papel das mulheres está a mudar, o que afecta o bem-estar das crianças e cria um desequilíbrio nos papéis de género. Enquanto as mulheres urbanas podem certamente ganhar (e sentir) alguma independência através das suas novas oportunidades económicas, isto poderia ser um desafio demasiado grande para os homens que já correm o risco de perderem prestígio e autoridade como chefes e principal sustento da família em termos económicos.

As relações entre mulheres e homens estão, assim, sob grande tensão e os casamentos/uniões de facto estão a ficar cada vez mais instáveis. A violên-

cia contra mulheres e crianças parece estar a aumentar – ou é reportada mais frequentemente – ao mesmo tempo que o apoio das famílias (alargadas) está-se a tornar cada vez menos frequente, pelo menos no meio urbano.

As mulheres têm dificuldades enormes para tomar conta dos seus filhos, numa situação em que a luta pela sobrevivência se tornou prioridade número um. Muitas mulheres levam os seus bebés para o local de trabalho e deixam os seus filhos mais velhos em casa. As crianças pequenas correm o risco de ficarem desnutridas, enquanto as meninas são impedidas de ir à escola porque estão amarradas à casa a cuidar das crianças e dos afazeres domésticos. Acima disso, nos bairros urbanos super-populados as crianças estão desprotegidas e principalmente as jovens raparigas correm o risco de serem vítimas de violências sexuais e de outras formas de abuso.

### **Raparigas e mulheres em zonas de guerra**

Enquanto muitos rapazes menores de idade foram raptados pela UNITA ou alistados à força no exército governamental, as raparigas e mulheres vivem com as tropas (de ambos os lados) como “esposas de soldados”, voluntaria ou forçadamente. Foi reportado que, especialmente nas áreas da UNITA, as jovens raparigas e as mulheres eram usadas como carregadoras para as tropas. Nas áreas de aquartelamento estabelecidas de acordo com o protocolo de Lusaka, foram instaladas aproximadamente 40.000 mulheres e 85.000 crianças nos chamados acampamentos de família (*GOA/UNICEF, 1998*). Foi relatada violência sexual contra as raparigas e mulheres nas zonas de guerra, no intervalo depois do protocolo de Lusaka. Diz-se que a violação era frequente onde havia concentrações grandes de tropas e, especialmente, quando eram conquistados territórios.

As comunidades em áreas directamente afectadas pela guerra, dificilmente tinham qualquer possibilidade de proteger os seus membros. As famílias adoptam estratégias diferentes, mais ou menos eficazes, para proteger as suas raparigas. Algumas casam as suas raparigas mais cedo do que o normal. As mães jovens amamentam por períodos mais longos que o normal, esperando que os soldados as deixem em paz. Quando as jovens raparigas vão buscar água ou apanhar lenha, elas andam em grupos para evitar serem apanhadas sozinhas (*Cohen, et.al, 1996*).



## O estatuto legal das mulheres

## A Constituição

Angola assinou e ratificou os instrumentos gerais mais importantes sobre os direitos humanos, incluindo os que protegem os direitos individuais e sociais das mulheres (*MINFAMU, 1998 e Banco Mundial, 1993*):

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW (adoptada em 1979); ratificada em 1984
- Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres (adoptada em 1952); ratificada em 1985
- Convenção sobre Remuneração Igual para os Homens e Mulheres Trabalhadores para Valor Igual (adoptada em 1951); ratificada em 1976
- Convenção sobre a Discriminação em relação ao Emprego e Ocupação (adoptada em 1958); ratificada em 1976
- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Consequentemente, a Constituição angolana, aprovada primeiro depois da independência em 1975 e revista várias vezes até 1992, determina direitos e deveres iguais para homens e mulheres. De forma bastante interessante, a constituição também prevê castigo para a discriminação e privilégios com base no género. Porém, esta declaração fortemente anti-discriminatória nunca foi testada na prática ao longo dos quase 25 anos da Constituição (*comunicação pessoal*).

Uma nova Constituição está em formulação (1999), uma vez que o país sofreu muitas mudanças importantes desde a independência e a sua constituição precisa de ser adaptada à nova realidade. Espera-se que a nova constituição seja mais abrangente em questões de liberdades, garantias, direitos e deveres dos cidadãos e que os direitos das mulheres sejam aumentados e melhorados. Mas o problema principal permanece: Os direitos humanos/do cidadão em Angola não constituem um problema de direitos formalmente instituídos, mas de práticas políticas, sociais e culturais e de cumprimento da lei.

## Lei escrita (civil) versus lei consuetudinária

Grande parte da população angolana vive em comunidades tradicionalmente organizadas onde a vida é governada pela lei consuetudinária, ou seja costumeira. Matrimónio, direitos de propriedade,

custódia das crianças, adultério e o estabelecimento da paternidade são todos assuntos importantes que são normalmente tratados de acordo com a lei consuetudinária. Tanto a Constituição como o Código de Família são desligados das regras e medidas tradicionalmente aceites para resolver assuntos familiares, o que significa que o estatuto das mulheres na sociedade e na família não pode ser analisado apenas à luz da Constituição ou do Código de Família.

A dicotomia lei escrita – lei consuetudinária e a falta de atenção prestada a práticas legais tradicionais são normalmente explicadas pela necessidade de criar um sistema legal unificado, como um dos componentes da construção da nação depois da independência, evitando, assim, divisões étnicas e regionais do país. Outra explicação é o poder da elite política e a sua identificação com os valores ocidentais (portugueses) que, em combinação com a ideologia marxista-leninista conduziu, consequentemente, ao repúdio de valores tradicionais “primitivos” não cristãos. O mesmo padrão pode ser encontrado em outros países africanos de sistemas políticos diferentes, durante o período pós-colonial. O resultado prático é dois sistemas legais paralelos, criando outro tipo de divisão na sociedade ao longo das linhas de género, classe e rurais/urbanas.

A lei consuetudinária não faz parte do currículo da Faculdade de Direito da Universidade de Luanda e, em Angola, muito pouca atenção foi dedicada ao assunto. Angola não tomou parte no programa de pesquisa da SADCC nos anos 80, As Mulheres e a Lei na África Austral, e existe hoje pouca competência para remediar o presente vazio. A Faculdade de Direito está a planear abrir um centro de estudos da lei consuetudinária, mas até agora não tem conseguido mobilizar os recursos necessários.

## O Código de Família

O Código de Família (Lei nº 1/88) foi aprovado em 1988, e diz-se ser “radicalmente oposto”, na sua essência, à lei de família colonial portuguesa. Também a linguagem é “radicalmente oposta”, com um capítulo de abertura de retórica marxista-leninista, mas também aumentando a igualdade entre mulheres e homens na família:

“O novo código insere-se também no combate de toda a humanidade progressista contra o obscurantismo e o misticismo nas relações

entre os homens, características das sociedades onde existem graves contradições entre a superestrutura e as relações de produção, e consagra as suas conquistas.

A aprovação desta lei põe nas mãos dos trabalhadores angolanos mais um instrumento de luta pela sua real emancipação política, económica e social porque vai institucionalizar a protecção dos seus filhos, nascidos ou não do casamento, e uma divisão justa das tarefas e responsabilidades no seio da família”.

Uma das limitações do Código de Família, como também de toda a legislação que trata de questões sociais e económicas relacionadas com o indivíduo, é que a instituição familiar é definida como uma família nuclear monogâmica, enquanto que a realidade angolana é bastante diferente. As unidades familiares poligínicas são frequentes e aceites, quer na cultura rural quer urbana, o que mina a utilidade de uma legislação moderna para resolver problemas em famílias ou comunidades tradicionalmente organizadas.

De um ponto de vista estritamente legal, o Código de Família é um passo em frente importante no que respeita a relações mais equitativas entre mulheres e homens e também para as relações entre pais e filhos. A lei estabelece a igualdade entre os cônjuges em todos os aspectos da vida familiar e da educação das crianças, incluindo as questões de propriedade. O matrimónio é visto como um acordo voluntário em vez de uma transacção económica (por exemplo, organizado pelas respectivas famílias). A lei também promove a legalização da coabitação (união *de facto*), quando uma relação monogâmica dura há mais de três anos. Este é um dos aspectos onde a lei está em sintonia com a realidade angolana e que é considerado uma vitória para as mulheres angolanas, porque proporciona uma protecção melhor para muitas mulheres pelo reconhecimento desta forma familiar, dando-lhe o mesmo estatuto legal que um matrimónio convencional.

Tanto o marido como a esposa podem pedir o divórcio, mas um marido não o pode fazer valer sem o consentimento da sua esposa se ela estiver grávida e até um ano depois do nascimento do bebé. Ambos os pais têm responsabilidade igual de manter os seus filhos, mas depois do divórcio a prestação de alimentos deve, normalmente, ser paga pelo pai (se as crianças ficarem com a mãe, o

que é frequentemente o caso nas famílias “modernas”). A negligência em apoiar a família materialmente e abandonar as crianças é punida pelo Código de Família. Na realidade, no entanto, as mulheres angolanas são frequentemente deixadas sem qualquer apoio para os seus filhos, independentemente da decisão do tribunal relativamente à prestação de alimentos e à possibilidade legal de obter uma transferência directa do empregador. As mulheres comuns têm poucas possibilidades de exercer pressão sobre os ex-maridos para os fazer cumprir as suas obrigações legais. Para além disso, poucas pessoas são trabalhadores assalariados e a capacidade dos tribunais e das instituições de segurança social para acompanhar a implementação do Código de Família é praticamente nula.

Não estão incluídas no Código de Família outras questões relacionadas com a vida familiar, como o adultério e o aborto, que estão sob a lei penal que ainda é baseada no velho código penal português de 1886. De acordo com a moralidade católica do século XIX reflectida no código penal, uma esposa só tem o direito de acusar o seu marido de adultério depois de o ter pegado em flagrante na cama matrimonial. Por outro lado, um marido tem o direito de ler a correspondência da sua esposa! Em casos de ofensa sexual a lei também é discriminatória para as mulheres no sentido em que as sanções contra os perpetradores (homens) estão definidas como uma sentença curta de prisão ou simplesmente uma multa. O aborto é ilegal em Angola e punível pela lei penal. A violência doméstica não é incluída nem no Código de Família nem na antiquada lei penal. O mesmo se aplica para o estupro dentro do matrimónio.

O direito mercantil de 1888 estabelece que uma mulher para poder registar uma empresa necessita do consentimento escrito do seu marido.

### **Legislação laboral e segurança social**

A discriminação de género no local de trabalho ou em qualquer outra actividade laboral, é interpretada como uma infracção à lei. O princípio é de salário igual para mulheres e homens, acesso igual ao mesmo tipo de formação profissional e possibilidades de carreira. As mulheres têm direito a três meses de licença de maternidade e a intervalos para amamentar, mais um dia pago de licença por mês, quer sejam casadas ou não. O empregador não tem o direito de despedir uma mulher dentro

de um ano após o seu parto. Ainda, a Lei Laboral também é baseada na agora (formalmente) descartada filosofia marxista-leninista, com a sua retórica sobre o direito ao trabalho para todos e outras suposições irreais semelhantes. Uma proposta recentemente levada ao parlamento faz uma revisão completa da Lei Laboral, para a adaptar à nova situação económica e mercado de trabalho liberalizados. Supõe-se, entretanto, que o terreno ganho pelas mulheres trabalhadoras permaneça na nova lei.

A legislação sobre segurança social relativa aos subsídios e pensões por velhice são igualmente não-discriminatórias. Não obstante, o problema principal subsiste: a capacidade de execução da legislação laboral e de implementação da segurança social é fraca e o frágil sistema administrativo é outro obstáculo. Outra limitação é o facto de só uma pequena percentagem da população angolana ser assalariada e estar coberta pelos benefícios legalmente estabelecidos.

### **Propriedade, posse e herança de terra**

A Constituição angolana e a lei escrita estabelecem direitos iguais à propriedade para mulheres e homens. De acordo com a Constituição, a terra é propriedade do estado, embora possa ser transferida para indivíduos e entidades legais. O estado respeita esses direitos de propriedade e a “propriedade e posse de terra pelos camponeses”, i. e. os pequenos agricultores africanos.

É principalmente no sector camponês que se encontram os conflitos de género relativamente ao controlo de terra. De forma geral, as mulheres tiveram acesso e controlo restritos à terra na maior parte do país. Porém, a situação diferia de região para região e entre grupos étnicos de acordo com a sua organização social (patrilinear ou matrilinear) e os sistemas de agricultura introduzidos durante o tempo colonial. Hoje, os padrões de posse da terra podem estar totalmente transformados, dado que as relações sociais e económicas sofreram uma mudança profunda por causa da guerra e do deslocamento de milhões de pessoas durante a última década. Conhece-se muito pouco sobre mudanças na posse de terra, à parte do que pode ser apreendido nas áreas peri-urbanas sobrepopuladas, onde conflitos abertos de terra estão a ter lugar na luta pela sobrevivência. Hoje, vastas áreas rurais foram abandonadas porque as pessoas buscaram refúgio em ou ao redor das

capitais provinciais e grande parte do território continua sob o controlo da UNITA. A posse de terra tornar-se-á, provavelmente, um dos assuntos mais ardentes numa situação de pós-guerra e de reassentamento.

A Código de Família estabelece direitos e responsabilidades iguais para marido e esposa na gestão dos bens do agregado familiar. Uma questão crítica, que não é tida em consideração pela lei, é a posse da habitação após a separação ou divórcio. Muitas famílias nas cidades moram em casas ou quartos sem qualquer registo formal ou sem um contrato de aluguer. As mulheres pobres estão totalmente desprotegidas após a separação e ficam frequentemente sem casa com os seus filhos.

Tanto mulher como marido têm direito a herdar metade dos bens comuns depois da morte do cônjuge. Em caso de divórcio, os bens comuns serão divididos em partes iguais entre os cônjuges. No que respeita a estas questões, a mulher é, frequentemente, tratada de forma desfavorecida pelo marido ou pela família do marido, apesar dos direitos estabelecidos pelo Código de Família.

### **Conflitos familiares e violência doméstica**

Embora o Código de Família estabeleça direitos e responsabilidades iguais para mulher e marido no caso de matrimónios registados e de uniões *de facto*, as mulheres têm dificuldades em defender os seus interesses. Logicamente, a maioria das mulheres fica especialmente vulnerável em disputas familiares porque são as que têm menos instrução e menos informação sobre os seus direitos.

A OMA tem prestado apoio legal a mulheres e famílias desde o começo dos anos 90, mas ainda está a trabalhar em pequena escala devido à falta de recursos e dificuldades a vencer. Existem presentemente centros de aconselhamento legal da OMA em Luanda, Cabinda e Benguela. (A Associação de Mulheres Juristas tem um serviço semelhante, mas mais restrito, em Luanda.)

Experiências recolhidas através da OMA em Luanda mostram que os casos mais frequentes de conflito entre mulher e marido estão relacionados com a habitação. A situação de alojamento em Luanda deteriorou-se durante os anos 90 e todos os tipos de transacções de venda ou aluguer estão a acontecer com todos os tipos de casas e apartamentos na cidade e com as habitações precárias nos musseques. Uma mulher pode-se encontrar desapropriada com os seus filhos pelo marido/pai




que já vendeu ou arrendou a casa/quarto/cubata sem a consultar, talvez só para começar uma nova família em outro lugar. Para além de ficar sem lar e, provavelmente, sem meios suficientes para se sustentar a si e aos seus filhos, é difícil para ela defender os seus direitos legais que, em tal caso, seria ter, pelo menos, uma parte igual do lucro a que ela tem direito por lei.

Outros casos frequentes nos centros de aconselhamento em Luanda têm a ver com a provisão de alimentos aos filhos depois de uma separação/divórcio. Em muitos casos o centro também faz aconselhamento familiar comum quando os casais precisam de conselho neutro para resolver os seus problemas. Aparecem, por vezes, casos de violência doméstica e abuso sexual, embora o problema do abrigo das mulheres seja predominante.

Os centros da OMA são dirigidos por trabalhadoras voluntárias, das quais algumas são funcionárias da OMA, enquanto outras são mulheres advogadas ou investigadoras criminais (em Luanda). Foram todas treinadas para exercer as suas funções de conselheiras na iniciativa da OMA. Como o sistema de ajuda legal, criado para garantir o acesso igual para as pessoas pobres à justiça e execução da lei, não é implementado na prática, os centros levam casos ao tribunal e pedem o apoio da Ordem dos Advogados.

A OMA está em vias de abrir uma casa abrigo para mulheres espancadas com o apoio da ONG Grupos África da Suécia. Outra iniciativa privada, ligada à OMA, é o estabelecimento do Centro para os Direitos das Mulheres em Luanda. O Centro tem por objectivo a disseminação de informação sobre os direitos das mulheres e a formação de membros das forças policiais e outras categorias profissionais que têm que lidar com violência contra as mulheres, o abuso sexual e outros crimes onde as mulheres e meninas são as principais vítimas. A criação de uma maior consciência entre a polícia é vista como uma prioridade, uma vez que tanto mulheres como homens policiais vêm, normalmente, o seu papel como fundamentalmente repressivo em relação ao cidadão comum (*comunicação pessoal*).



Desenvolvimento da democracia

## Direitos humanos

Angola é signatária de várias convenções de direitos humanos, como a Convenção de Genebra de 1949 Relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra e a Protecção de Pessoas Cíveis em Tempos de Guerra. Angola também assinou a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966 e a Convenção dos Direitos da Criança de 1989. (Não aderiu, porém, à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1969 nem à Convenção contra a Tortura e Outro Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante de 1984.) (UNDP, 1996)

### **Direitos humanos em Angola – a saída para a paz. Amnistia Internacional, Relatório de 1999**

... parece haver pouca vontade real para acabar com as violações aos direitos humanos. Os esforços para criar um estado de direito são minados pela corrupção subtil que enriquece os funcionários superiores enquanto que os magros salários dos funcionários públicos, da polícia e dos soldados continuam sem ser pagos durante meses. O sistema de justiça criminal não protege os cidadãos de infracções contra os seus direitos à vida, liberdade de não ser torturado e a um julgamento rápido e justo bem como ao seu direito de livre expressão e associação. Activistas políticos, sindicalistas e jornalistas enfrentam ameaças contra a sua segurança física, suspeitos de crimes enfrentam maus tratos e execução extrajudicial como também é o caso de suspeitos opositores políticos em áreas rurais. Os responsáveis de violação dos direitos humanos persistem nas suas actividades sabendo que é pouco provável que alguma vez sejam levados à justiça.

Embora Angola tenha aderido a muitas das convenções e também tenha uma constituição que garante os direitos humanos em geral e direitos iguais para mulheres e homens especificamente, as práticas são contrárias e são registadas muitas infracções. O governo deu alguns passos para aumentar o respeito pela lei e os direitos humanos, por exemplo ao colocar promotores públicos nas delegacias de polícia para proteger os direitos dos presos. A Ordem dos Advogados também tem a intenção de colocar advogados em algumas delegacias de polícia para oferecer conselho legal. Ainda assim, Angola tem um longo caminho a percorrer e o clima político não é conducente a um desenvolvimento democrático com plena participação dos seus cidadãos e respeito pelas diversas tendências políticas e sócio-culturais.

Não há nenhuma organização nacional em Angola activamente empenhada na protecção dos direitos humanos através de, por exemplo, relatórios públicos sobre violações de direitos humanos no país. Naturalmente, quer as ONGs quer as igrejas estão a tentar chamar a atenção para as questões de direitos humanos através da advocacia, mas alguns exemplos de intervenções do governo para impedir actividades de direitos humanos de ONGs (por exemplo, em Malanje em 1998) provocaram um baixo perfil nas questões de direitos humanos. Algumas ONGs estão a trabalhar com os direitos das mulheres, através de educação cívica, alfabetização legal e assistência legal gratuita. Normalmente, os direitos das mulheres estão incorporados na mensagem geral sobre os direitos humanos, junto com os direitos das crianças, o trabalho infantil, os direitos dos prisioneiros e outras questões semelhantes e as ONGs ligadas aos direitos humanos também levam a cabo outras actividades, como cuidados de saúde, educação e formação profissional. Estas ONGs e igrejas dirigem a sua mensagem a grupos pouco servidos, tanto nas áreas rurais como urbanas (*World Learning, 1999*). Algumas ONGs nas províncias incluem o direito das mulheres à terra no seu trabalho geral de direitos humanos, enquanto outras dão apoio social a crianças cujas mães foram mortas durante a guerra.

Não há dados sobre violações dos direitos humanos relativas às mulheres e homens como categorias separadas e nenhuma informação sistemática é tornada pública. Pode-se porém, presumir que as mulheres são mais vulneráveis que os homens nos seus contactos com a polícia ou as forças armadas. As mulheres pobres – as mulheres mais ricas e com mais instrução podem, normalmente, evitar os contactos negativos com as autoridades – não têm conhecimento dos seus direitos e estão mais expostas a assédio e tratamento humilhante. A sua subordinação na sociedade e as expectativas de fazerem frequentemente favores sexuais a funcionários homens tornam, frequentemente, vítimas de estupro.

## **Cidadania e direitos em tempos de guerra**

Muitas das violações dos direitos humanos estão claramente relacionadas com a longa história de guerra em Angola e ambos os lados na guerra infringiram constantemente tratados internacionais aos quais Angola aderiu. Não obstante, deve ser sublinhado que também durante os períodos mais calmos, os direitos humanos não foram apoiados pelo governo e pelo estado. Durante muito tempo, o estado angolano abandonou as suas responsabilida-

des normais, deixando assim áreas escuras onde não tem sido possível identificar o compromisso do estado. Na situação presente, quando partes do território de Angola não estão sob controlo do governo, os direitos humanos tornam-se um assunto especialmente escaldante, embora extremamente difícil de monitorar e analisar. Até agora, os relatórios sobre o estupro sistemático de mulheres e raparigas como um acto de guerra tratam, principalmente, do período antes do Protocolo de Lusaka (dados provavelmente recolhidos entre as mulheres nas áreas de aquartelamento) e pouco se sabe sobre a situação durante a guerra em curso.

Alargando a definição de direitos humanos para incluir direitos sociais, económicos e culturais é possível encontrar diferenças de género. A maioria da população angolana – quer viva como deslocada ou não – sofre de fome, desnutrição, saúde débil, abrigo abaixo dos padrões e ambiente deteriorado. Entre a população deslocada as mulheres e as crianças estão em maioria. Foram desenraizadas e viveram em dependência total da ajuda alimentar com pouca possibilidade de controlar a sua própria vida. A situação social nos assentamentos de deslocados é reportada como tensa, por causa das condições de insalubridade e superpopulação. Os cuidados de saúde materno-infantis são insuficientes e faltam estruturas escolares, presumivelmente com um impacto mais negativo para as raparigas. As circunstâncias inumanas fazem as famílias desintegrarem-se e também geram violência contra as mulheres e crianças, incluindo estupro e abuso sexual.

Porém, as mulheres (e raparigas) não são as únicas vítimas, embora a sua vulnerabilidade seja mais visível que a dos homens. Os homens (e rapazes menores de idade) são destacados ou recrutados à força para o serviço militar e têm que deixar as suas famílias sem rendimento e protecção, e os que ficam têm que experimentar como a vida de deslocado transforma o seu papel na família, de sustentadores para recipientes passivos de ajuda. Mulheres e homens que vivem em pobreza extrema tornam-se marginais como cidadãos e não podem exercer os seus direitos humanos e sociais formalmente instituídos. Ambos são vítimas da retirada do estado e da decadência profunda da sociedade angolana.

### **Participação política feminina e esforços para igualdade entre mulheres e homens**

Depois de uma participação louvável de activistas femininas durante a luta anti-colonial e, depois da independência, uma retórica marxista-leninista

igualitária tanto na legislação como em programas de governo, as mulheres angolanas têm agora que enfrentar um papel marginal na estrutura do poder formal nacional. Isto não pode ser explicado por factores habituais, como a pobreza e o analfabetismo, uma vez que as potenciais candidatas a cargos políticos são mulheres qualificadas com experiência política fundamentalmente da OMA ou do MPLA. É mais uma das indicações de uma luta de género em curso, mas não politicamente reconhecida. O aparelho político mostrou pouca vontade de cumprir as declarações do partido e do governo sobre igualdade entre mulheres e homens na legislação ou na tomada de decisão política e económica.

Embora não haja obstáculos formais para as mulheres serem eleitas ou terem um cargo público e embora as mulheres perfaçam, pelo menos, 51 por cento da população angolana, elas estão muito escassamente representadas nos níveis mais altos da sociedade.

#### **Mulheres em posições de topo na sociedade angolana**

	Número	Número total de lugares/postos
Parlamento ( <i>Assembleia Nacional</i> )	43	224
Postos no Governo (ministros e vice-ministros)	11	70
Governadores e vice-governadores provinciais	0	
Postos militares de topo	0	
Ministério do Interior	0	
Embaixadores	2	
Tribunal Supremo e Procurador General (postos de topo)	1	12
Juízes (distritais)	8	67
Juízes (municipais)	4	23

Durante a campanha eleitoral de 1992, vários partidos políticos fizeram esforços especiais para mobilizar as mulheres a votar e seria de esperar que os partidos nomeassem um número razoável de mulheres para as listas. No fim, apenas 12-15 por cento dos candidatos eram mulheres e só uma mulher apareceu como cabeça de lista.

A nível do governo, há 11 ministras e vice-ministras. Os ministérios da Família e Promoção da Mulher, Indústria, Pescas e Planeamento são encabeçados por ministras, todas ligadas ao MPLA. Na Saúde a ministra é ligada à UNITA. Uma mulher

do PLD (Partido Liberal Democrático) assume o cargo de viceministra da Educação e Cultura.

Não há dados disponíveis sobre a representação feminina a nível provincial e distrital e, embora as mulheres tenham prestígio nos seus papéis tradicionais como mães, agricultoras e garantes da continuidade da linhagem, é provável que tenham uma influência reduzida no sistema representativo político moderno. Na vida política, as mulheres normalmente beneficiam de estruturas mais descentralizadas e de métodos participativos. Porém, em Angola, as estruturas políticas de tomada de decisão são centralizadas e não mudaram desde o tempo do marxismo-leninismo, embora a fachada política tenha mudado. Embora possa haver uma vontade de consultar as mulheres e considerar as suas necessidades, a maioria dos governos provinciais e administrações locais não têm contactos normais com as áreas rurais.

Os políticos e administradores provinciais e distritais também estão reduzidos em grande parte a uma mera posição formal e deixam as ONGs ou agências da ONU resolverem os problemas em praticamente todos os sectores, tanto nas áreas urbanas como rurais. Esta tendência debilitou as estruturas políticas representativas onde mulheres e homens activos poderiam, em circunstâncias normais, ter uma voz. Para além disso, estes actores externos (angolanos ou internacionais) não são capazes de integrar uma perspectiva de género na sua análise e planificação e a consciência de género está pouco desenvolvida, mesmo entre as ONGs mais prestigiadas (ADRA, *s.d.*).

Apesar de terem sido feitas algumas tentativas para introduzir métodos de planeamento de acordo com a igualdade entre mulheres e homens a nível central e provincial (vários workshops e seminários financiados pela Embaixada sueca), a consciência é normalmente baixa quer ao nível político quer executivo. O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) também tem um alcance limitado.

Muito pouco é conhecido sobre a situação geral das mulheres e sobre a sua possível participação política em áreas controladas pela UNITA. Relatórios do período de reconciliação até 1998 têm alguma informação sobre o trabalho social e orientado para as mulheres da UNITA. A impressão principal é de que a UNITA tem, em parte, os mesmos problemas

que o governo. Uma particularidade é que o pessoal da UNITA tem trabalhado em isolamento durante muitos anos sem qualquer possibilidade de partilhar experiências e trocar ideias sobre questões sociais ou de mulheres, e menos ainda sobre aspectos de género (Åkesson, 1996).

### **Mulheres nos partidos políticos**

Os partidos ou grupos políticos mais pequenos não têm organizações de mulheres com alcance nacional, à excepção do PLD. Há pouco material relativo à sua filosofia de género, mas alguns dados simples foram recolhidos dos partidos especificamente para este estudo.

A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) é um dos grupos políticos históricos que tiveram um certo renascimento com a introdução do sistema multipartidário. O partido tem uma Comissão Nacional de Mulheres e cerca de 700 mulheres são membros do partido<sup>1</sup>. Nenhuma mulher ocupa um assento no parlamento. A maioria das mulheres da FNLA tem profissões e educação média ou universitária. Apesar disso, como activistas do partido elas estão principalmente envolvidas em actividades comunitárias em áreas femininas tradicionais, como saúde materno-infantil e educação cívica que visam especificamente as mulheres.

O PRD (Partido Renovador Democrático) tem 175 mulheres membros em 14 das 18 províncias. O partido eliminou a sua organização de mulheres no seu segundo congresso em 1995 e as mulheres estão, assim, integradas no partido nos diferentes níveis. O Comité Executivo tem duas mulheres (uma economista e uma psicóloga) de 14 membros, enquanto o Comité Político Nacional tem só quatro mulheres de 53 membros. O PRD não tem nenhuma representação feminina no parlamento.

Curiosamente, um dos novos partidos, o PLD, tem todos os seus três assentos no parlamento ocupados por mulheres! Uma delas é a líder do partido e as outras duas têm também posições de liderança. O PLD é o único entre os novos partidos que criaram uma organização de mulheres em separado. A AMULID (Acção da Mulher Liberal Democrática) tem aproximadamente 4.000 membros. Porém, não há nenhuma informação sobre o desempenho da organização.

1 Os dados variam com a fonte; representantes de uma outra fracção do partido apresentam número bastante mais elevados.



Organizações de base

## Organização da Mulher Angolana (OMA)

A OMA é, historicamente, a organização de mulheres mais importante e poderosa. Data de antes da independência, criada já em 1962 para organizar as mulheres em apoio ao MPLA. Depois da independência tornou-se a principal via de participação das mulheres no processo político, porque apenas poucas mulheres eram membros directos do partido (aproximadamente 10 por cento no final dos anos 80).

A OMA teve um alcance impressionantemente vasto na sociedade durante o período de partido único, com aproximadamente 1,8 milhões de membros registados na sua época áurea (*Angola – A Country Study, 1989*). É a única organização de mulheres que cobriu o país inteiro, mas deve-se notar que era uma ala do partido no poder e não uma ONG vulgar. A OMA recebia os seus fundos do orçamento geral do estado e os seus quadros principais eram funcionários públicos.

Com a introdução de sistema multipartidário, a falta de motivação espalhou-se entre a liderança da OMA e a sua influência a nível político e da sociedade diminuiu. O número de membros diminuiu subsequentemente para ligeiramente mais de 300.000 em 1999, de acordo com a administração central da OMA<sup>1</sup>. Muitas das mulheres na liderança e das mais competentes ainda estão activas, mas a OMA deixou de ser uma organização de massas forte.

Não existem dúvidas de que a OMA desempenhou um papel decisivo na promoção dos direitos legais e económicos das mulheres como estão expressos, por exemplo, na Constituição, no Código de Família e na Lei Laboral. Também foi instrumental na criação da Secretaria de Estado da Mulher que precedeu o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU). A sua liderança e muitos dos seus funcionários vêm da OMA.

Ainda assim, a OMA sofre das mesmas limitações que as outras organizações de mulheres num ambiente de partido único marxista, no sentido de que a sua análise das necessidades e direitos das mulheres tem sido condicionada pela linha do partido. As questões de género (ou de mulheres) não eram nenhuma prioridade na ideologia do MPLA e, no geral, a OMA aceitou a tarefa de promover os direitos das mulheres no âmbito do

papel tradicional da mulher africana sem se confrontar com a estrutura de poder predominantemente masculina do partido (e do estado). Como é frequentemente o caso com este tipo de organizações de mulheres controladas pelo partido, a lealdade para com o partido parece ser mais forte do que a lealdade para com os seus próprios membros.

A OMA tem lutado a favor da educação e “desenvolvimento” das mulheres angolanas, mas principalmente no contexto familiar, vendo as mulheres como as principais provedoras de cuidados e responsáveis pela socialização das crianças e a manutenção de valores. Não conseguiu trazer ao de cima os obstáculos estruturais e altamente políticos que continuam a conservar os papéis de género tradicionais e a subordinação legal e socioeconómica das mulheres na sociedade africana. A OMA não tocou (oficialmente) na luta de poder com base no género que está presentemente a acontecer, de facto, a todos os níveis na sociedade, desde a família e da comunidade até às esferas mais altas.

*Embora a situação presente em Angola torne necessário sublinhar as necessidades práticas das mulheres, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, é também urgente analisar os mecanismos por detrás da indiferença por tais necessidades na estrutura de poder angolana. O direito da mulher à vida, segurança e dignidade precisa de defesa activa, por todo o país, e isto deve ser encarado como uma exigência política.*

## Outras organizações femininas

A organização de mulheres da UNITA, a Liga Independente das Mulheres Angolanas, LIMA, é igualmente formada como o braço das mulheres do partido. A LIMA esteve activa durante as eleições em 1992, quando apresentou a mensagem tradicionalista do partido sobre o papel das mulheres na sociedade. Ainda assim, a LIMA é “extraordinariamente bem organizada e deixa uma grande impressão”, de acordo com um relatório baseado em trabalho de campo feito em áreas da UNITA (*Greenberg et al., 1997*). A LIMA teve um papel activo na guerra, seguindo as tropas da UNITA, enquanto uma segunda organização associada à UNITA, ADEMA (Associação para a Ajuda e Desenvolvi-

1 Faltam dados fiáveis da província da Huíla. Segundo informações para o ano 2000 há novamente um considerável aumento de membros.

mento da Mulher e Criança Angolanas), tem uma abordagem mais social, incidindo no desenvolvimento económico, educação e formação das mulheres rurais.

Existem algumas outras organizações não partidárias, como a ASSOMEL (Associação das Mulheres Empresárias) que tem 180 membros em Luanda. De acordo com uma pesquisa feita no princípio dos anos 90, cerca de 25 por cento das pequenas e médias empresas registadas eram propriedade de mulheres. Alguns dos principais membros da liderança da associação está ligada à elite do poder político e económico. Talvez algumas destas mulheres empresárias sejam, de facto, uma cobertura para interesses de negócio que não são supostos ser abertamente identificados (*comunicação pessoal*). Numa declaração a ASSOMEL admite que não é representativa das mulheres empresárias comuns que se encontram, principalmente, no sector informal.

Passo a passo, foram criadas associações para mulheres profissionais como, por exemplo, a Associação de Mulheres Juristas e a Associação de Mulheres Jornalistas.

Em Janeiro de 1995, uma rede informal de mulheres foi criada como parte dos preparativos para a conferência de Beijing. A Rede Mulher esteve, desde então, envolvida numa campanha e outras actividades que lidam com a violência contra a mulher. Está a levar a cabo a formação de polícias, jornalistas e outras profissões, e a fazer *lobbying* para que seja cumprida a legislação existente. As suas actividades concentraram-se principalmente em Luanda mas, desde 1997, foi também estabelecida em quatro outras províncias (Huila, Cunene, Namibe e Benguela). O seu objectivo principal é actuar como facilitador na troca de informação e experiência, promover formação e pressionar o parlamento e governo no que diz respeito aos direitos das mulheres e à igualdade entre mulheres e homens.

### **Sociedade civil e participação de mulheres**

A sociedade civil angolana é extremamente fraca e o clima político limita as suas possibilidades de ganhar força. Contudo, existem algumas ONGs locais, mas poucas delas têm uma política suficientemente clara sobre questões de género para poderem planificar os seus projectos de um modo equitativo. A maioria das ONGs está concentrada na capital, perto dos doadores e das agências

internacionais, dado que a maioria delas é dependente de fundos externos. Não têm, normalmente, uma base social ampla mas organizaram-se ao redor de algumas personalidades. Algumas foram criadas para servir como canais para a ajuda externa e, como tal, são bastante eficientes. O papel das mulheres angolanas nestas organizações é, principalmente, a nível de escritório ou como pessoal de campo para “alcançar” as mulheres no grupo alvo.

A força mais influente e forte na sociedade civil angolana é, tradicionalmente, as igrejas. Representam muitas tendências Cristãs, quer várias ordens católicas, quer tendências protestantes, como Metodistas e Adventistas. A influência Cristã na sociedade angolana não foi profundamente estudada, mas alguns cientistas sociais começaram a pesquisar sobre as elites africanas, a mobilidade social e a transformação de valores pelas missões. Os missionários ofereceram serviços de saúde e educação à população africana, mas também introduziram valores europeus e modernidade. Muitas famílias usaram esta possibilidade para subir na sociedade, dentro do quadro colonial e investiram na educação dos seus filhos (*Neto, 1994*). Quer católicos quer protestantes proveram alguma educação a raparigas, embora os rapazes excedessem muito em número as raparigas neste sistema escolar. Enquanto os rapazes podiam tirar proveito da sua educação para ascender profissionalmente, como funcionários públicos nos escalões mais baixos, na companhia de caminhos de ferro, etc., as raparigas foram educadas principalmente para se tornarem boas esposas e mães. Existe, assim, um desequilíbrio de género entre indivíduos, e entre irmãs e irmãos, das gerações que foram educadas nos anos 50 e 60, embora possam ter “pertencido” à mesma missão. Permanecem hoje rastros da ideologia de género missionária, nas atitudes para com os papéis de género e na tensão entre os valores africanos e europeus que se encontram na sociedade angolana.

Há um limitado conhecimento sistemático sobre o papel das igrejas na situação presente. O mesmo se aplica para as associações e grupos mais informais no país, i.e. onde existem, quantos são, com que objectivos foram criados e como lidam com as iniciativas femininas.





Saúde e reprodução

### Sistema de saúde em decadência

A infra-estrutura de saúde em Angola é alarmantemente fraca e indicadores como a mortalidade infantil e de crianças com menos de cinco anos e a mortalidade materna já eram muito altos mesmo antes das guerras nos anos 90. O investimento no sector de saúde permaneceu baixo ao longo dos anos e os serviços foram fundamentalmente apoiados com financiamentos externos e assistência técnica através de acordos bilaterais e agências da ONU e ONGs nacionais e internacionais.

A constituição é explícita sobre os direitos e acesso aos cuidados de saúde para todos os angolanos. A lei de 1992 que regula o sistema de saúde (Lei de Base do Sistema Nacional de Saúde) torna o ministério responsável por definir uma política de saúde e uma estratégia para a sua implementação. A equidade e igualdade na distribuição de recursos e acesso aos serviços deverão ser os princípios orientadores. Deverá ser dada prioridade aos grupos mais vulneráveis, como as crianças, as mães, os velhos, pessoas portadoras de deficiências e ex-soldados inválidos. Ainda, o Ministério da Saúde é fraco e ineficiente e nenhuma política nacional de saúde foi elaborada até hoje.

O sistema de saúde tem, desde os tempos coloniais, se inclinado para os cuidados curativos bem como teve uma tendência urbana. Pouco foi investido na prevenção e educação para a saúde. Os poucos médicos estão concentrados em Luanda (469 de um total de 597 em 1997). Províncias como Malanje e Uíge, com 1 milhão de habitantes cada, tiveram só 4 e 2 médicos, respectivamente, no sistema de saúde pública. (MINEFAMU, 1997)

Após muitos anos de decadência, os centros de saúde não funcionam em muitas partes do país, nem mesmo em Luanda onde, pelo menos, ainda existem alguns recursos. O pessoal da saúde recebe salários extremamente baixos, ou não os recebe de todo durante meses. Projectos financiados por doadores internacionais incluem normalmente incentivos para o pessoal, mas falta a moral e, na maioria dos centros de saúde o pessoal pede “gasosas” aos pacientes, i. e. um pagamento por baixo da mesa. As “gasosas” em Luanda são frequentemente até mais altas que os incentivos e proibitivas para o pobre. O pessoal da saúde também recebe pacientes privados em paralelo, o que desvia a atenção dos seus deveres.

Os poucos centros de saúde existentes estão frequentemente vazios durante as horas de consulta (*comunicação pessoal*). As Missões Cristãs têm vindo a prestar cuidados de saúde em muitas regiões, mas a falta de segurança hoje fez com que até mesmo os missionários tenham encerrado as suas actividades. Nas áreas rurais não existem medicamentos, nenhum pessoal de saúde formado, nenhuma ambulância ou meio de transporte para o doente e as comunidades continuam sem poder ajudar os que estão gravemente doentes. Por razões óbvias, as pessoas recorrem ao sistema informal de saúde, como ervanários, curandeiros e parteiras tradicionais que existem tanto nas cidades como nas aldeias.

### Principais problemas da saúde

A maioria das principais causas da mortalidade infantil e dos adultos são as doenças preveníveis. A principal causa geral de morte é o paludismo, e uma doença como a doença do sono está agora novamente a aparecer em regiões onde anteriormente esteve sob controlo. As doenças diarreicas e o sarampo são outras causas principais de morte entre crianças. Não há nenhum material epidemiológico sobre as diferenças de género em padrões de doença e não existem estudos para mostrar se os pais tratam as raparigas e rapazes diferentemente no que diz respeito aos cuidados de saúde.

A dieta pouco diversificada e de baixo teor calórico em áreas urbanas e rurais, com o funge como prato principal e praticamente sem gordura, carne ou leite, está a contribuir para sérios problemas de saúde causados pela desnutrição com consequências a longo prazo. Hábitos de desmame tradicionais e a falta de conhecimento de como ocorrem a desnutrição e as doenças são algumas das causas das doenças infantis. Muitas mães são jovens, têm muitos filhos e uma carga de trabalho muito pesada – talvez 16–18 horas por dia. Quando separadas das famílias e sem conselhos de parentes femininos mais velhos, cuidar das crianças em ambientes exíguos ou acampamentos de deslocados fica problemático. As mulheres – como também os homens – têm acesso limitado a mensagens de saúde uma vez que as estruturas de saúde entraram em colapso. Além disso, o pessoal de saúde é principalmente não formado ou pouco disposto a explicar as causas e sintomas das doenças sendo usada a administração de todo o tipo de medicamentos em vez do aconselhamento aos pacientes e ensino das formas de prevenção.

## Saúde materna e mortalidade

A saúde de uma criança recém-nascida e as suas possibilidades de sobrevivência estão claramente relacionadas com a saúde da mãe. A desnutrição, paludismo e outras doenças causam o fraco crescimento do feto, baixo peso à nascença de muitos bebés angolanos e elevada taxa de nados mortos. A rede de cuidados de saúde materna é extremamente fraca e os recursos estão principalmente concentrados em Luanda. O estudo MICS mostrou que aproximadamente 60 por cento das mulheres entrevistadas tinham tido pelo menos, um exame pré-natal. Os cuidados de saúde materna (e obstétricos) estão regionalmente desequilibrados: em Luanda quase 80 por cento dos nascimentos foram precedidos por um controlo de saúde materna, enquanto na região norte isto só aconteceu em 26 por cento dos casos durante os últimos cinco anos. O sistema de saúde materna não utiliza plenamente as oportunidades para vacinar as mulheres grávidas contra o tétano (*GOA/UNICEF, 1998*) e é bem conhecido que o paludismo é, muitas vezes, irregularmente ou não tratado.

A maioria das mulheres dá à luz em casa, ajudada por uma amiga ou parente. Apenas um terço dos partos nas áreas urbanas são assistidos por enfermeira ou parteira comparado com um oitavo dos nascimentos nas áreas rurais. As províncias do norte e orientais estão particularmente mal servidas de serviços de saúde materna. Poder-se-ia imaginar que as mulheres que dão à luz em casa são assistidas por uma parteira tradicional, mas isto só acontece em 15 por cento dos casos.

Numa situação em que as mulheres têm um acesso tão limitado aos cuidados de saúde materna e à informação, também é natural que procurem práticas tradicionais. Por exemplo, é difícil para elas entender a relação entre a falta de higiene e o tétano neo-natal. Até mesmo em Luanda onde os serviços e a informação deveriam ser melhores que nas províncias, as mulheres explicaram que elas tratavam do cordão umbilical com cinzas, óleo de palma e mercuriocromo (um desinfetante), embora seja normalmente recomendado o álcool (*GOA/UNICEF, 1998*).

Não foi feito nenhum estudo nacional sobre a mortalidade materna, mas vários estudos locais

indicam que é não só uma das mais altas em África, mas no mundo, e que aumentou durante os últimos dez anos. Um estudo baseado no “método da irmã”<sup>1</sup>, levado a cabo em Luanda em 1993, estima em 1.281 mortes maternas por 100.000 nados vivos e, um ano depois, um estudo semelhante no Luena (capital da província do Moxico) apresenta a taxa de 1.481 por 100.000 nados vivos. Dados estatísticos recolhidos em 1998 nas duas grandes maternidades em Luanda e em dez maternidades periféricas mostram que ocorreram 425 mortes maternas em aproximadamente 52.600 nados vivos. Nos hospitais, as causas obstétricas mais frequentes de morte são a hemorragia, toxemia com ou sem eclampsia, septicemia e aborto<sup>2</sup>. Ao olhar para as causas indirectas de morte, o paludismo é responsável por metade das mortes seguida por hepatite (*Indevelop, 1999*). Deve ser sublinhado, que as mortes maternas fora das maternidades não são registadas.

As consequências das mortes maternas são graves numa sociedade onde as famílias já estão debilitadas por uma mudança social rápida, deslocamento e pobreza. Para além disso, muitas famílias são encabeçadas por mulheres. Um recém-nascido corre o risco de morrer e as outras crianças na família sofrem a perda da sua mãe com desnutrição e cuidados deficientes. A morte de uma mulher pode causar o desmantelamento total de uma família se não pertencer a uma rede familiar mais alargada o que muitas vezes não é o caso na situação presente.

## Padrões de reprodução e planeamento familiar

A taxa de fertilidade em Angola é alta e as mulheres começam a sua reprodução cedo. Mais de um terço das mulheres angolanas ficam grávidas antes dos 18 anos de idade. As mulheres mais jovens têm o espaço mais curto entre as suas gravidezes. As mulheres cujo último filho é uma menina, tendem a ficar grávidas num espaço de tempo mais curto do que as que têm um menino – também nas famílias angolanas a preferência por um filho é evidente.

Os métodos modernos de planeamento familiar são muito pouco praticados. A informação sobre esses métodos não se encontra disponível para a maioria dos homens e mulheres, e nem todos

1 O método é baseado em entrevistas a mulheres em idade reprodutiva sobre a morte de irmãs devido a causas relacionadas com a gravidez, parto, aborto e puerpério.

2 Em 1995, a maternidade Lucrécia Paim em Luanda registou 6.624 abortos ilegais, dos quais 47 por cento de adolescentes entre os 12 e os 18 anos.

desejam ter poucos filhos. De acordo com o MICS, o ideal entre as mulheres é, em média, 6,3 filhos. As mulheres urbanas querem menos uma criança que as rurais. Neste ponto o inquérito precisa de interpretação cuidadosa, mas as respostas ao inquérito dão uma ideia das atitudes no que concerne a reprodução e o tamanho da família. A tendência é das mulheres mais jovens preferirem famílias ligeiramente menores do que as mulheres mais velhas. A diferença entre mulheres instruídas e sem instrução não é tão significativa – todas elas querem muitos filhos<sup>3</sup>.

De entre as poucas mulheres que usam o planeamento familiar, apenas 3,5 por cento usam os métodos modernos. Nas áreas urbanas domina a pílula, enquanto o método mais frequentemente usado entre as mulheres rurais é o aleitamento, o método do calendário e ervas/plantas. O programa de saúde materna, financiado pelo governo sueco, tem uma componente de planeamento familiar e viu um aumento considerável no uso de métodos de planeamento familiar modernos entre as mulheres. Em 1998, 23.000 mulheres visitaram as pequenas maternidades nas áreas peri-urbanas de Luanda para efeitos de planeamento familiar. Também houve um aumento claro na procura de preservativos, especialmente entre os jovens, desde que o Ministério da Saúde e o FNUAP iniciaram a sua campanha contra o HIV/SIDA (*Pålsson, 1998*). Não existe nenhuma estratégia nacional para promover o planeamento familiar e a distribuição de preservativos é feita de forma *ad hoc*, quando solicitado por ONGs ou delegações provinciais de saúde (*MINFAMU, 1997*).

### **HIV/SIDA e impacto do SIDA no desenvolvimento**

Em Maio de 1999 o número de casos de SIDA diagnosticados em ambos os sexos foi de 5.080, entre 35.000 casos esperados. O número estimado de indivíduos de seropositivos é à volta de 150.000, baseado em números de prevalência. O modo de infecção mais predominante é a transmissão heterossexual. A percentagem estimada de mulheres grávidas seropositivas é de 3,4 por cento a nível nacional, enquanto, por exemplo, na província de Cabinda, que faz fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), a percentagem é mais do dobro. A TBC também está a aumentar, com 18 por

cento de prevalência na província de Luanda e 34 por cento em Cabinda.

Factores de risco, como a promiscuidade e a prostituição, são presentemente agravados pelo movimento de tropas em todo o país e a concentração de pessoas deslocadas em Luanda e em redor das capitais provinciais onde as pessoas vivem em pobreza extrema. A elevada incidência de infecção por HIV em países vizinhos, i.e. a RDC e a Zâmbia, pode afectar a propagação do vírus em Angola. A prostituição crescente e todos os tipos de abuso sexual de raparigas menores de idade (e provavelmente rapazes) é uma das razões da propagação de outras DSTs. Outra é o aumento de abortos ilegais entre raparigas muito jovens o que, por sua vez, as torna mais vulneráveis ao HIV. A prevalência de sífilis entre as mulheres grávidas tratadas na maternidade Lucrécia Paím foi de 10 por cento (Novembro de 1998). As adolescentes e as mulheres jovens são, por várias razões, as mais vulneráveis à infecção por HIV, mas pouco se faz presentemente para especificamente as atingir. Não há nenhuma estratégia específica para atingir as mulheres, para além de atingir o sempre crescente grupo de prostitutas, e o MINFAMU não inclui HIV/SIDA entre as suas prioridades (*comunicação pessoal*). O Programa Nacional de Luta contra a SIDA está a incidir principalmente em grupos masculinos considerados como grupos de risco, como os soldados e prisioneiros, com projectos de formação e informação específicos, com o objectivo de fazer com que estes grupos mudem as suas práticas sexuais.

A maioria dos já infectados com o HIV, pertencem a gerações responsáveis pela produção e reprodução. (A população total de Angola é jovem, com uma esperança de vida curta.) Isto significa que o SIDA terá um vasto impacto multi-sectorial e económico em Angola e que as implicações são particularmente graves para um país indigente com uma produção, infra-estrutura e serviços sociais destruídos e um tecido social desintegrado. O desenvolvimento dos recursos humanos é um desafio para o desenvolvimento futuro de Angola, porque são exactamente as pessoas que seriam elegíveis que estão em risco de desaparecer.

A maioria absoluta da população angolana depende da agricultura para a sua sobrevivência e, embora a agricultura não seja mais o motor de crescimento económico, a sua restauração é crucial

3 O padrão normal em África é os homens quererem mais filhos do que as mulheres, mas o MICS não incluiu os homens quando inquiriram sobre as preferências reprodutivas.

para criar estabilidade e alimentar a crescente população quando a guerra acabar. A agricultura em pequena escala é, predominantemente, mantida por mulheres. Com a propagação da infecção por HIV entre as mulheres durante a guerra, existe um risco evidente de que o SIDA terá consequências graves na produção agrícola e na sobrevivência das famílias rurais. As mulheres camponesas não se podem dar, normalmente, ao luxo de contratar mão-de-obra e as que estão sozinhas para cuidar das suas famílias terão que se concentrar nas colheitas de menor trabalho intensivo como a mandioca. Elas terão uma capacidade limitada para desenvolver uma agricultura para produção de excedente, que precisa de contribuições como sementes melhoradas, utensílios e até mesmo fertilizantes e pesticidas. O facto de qualquer desenvolvimento futuro da agricultura em grande parte depender das mulheres não ser, geralmente, levado a sério e o impacto da SIDA nas camponesas poder pôr em risco mesmo a agricultura de subsistência, parece ser uma linha de pensamento ainda mais remota.

Em outros países africanos os efeitos do SIDA são sentidos em todas as classes sociais, mas o seu impacto é mais dramático entre os já pobres. As mulheres cuidam das vítimas do SIDA e se elas próprias ficam infectadas, elas e os seus dependentes tornam-se extremamente vulneráveis. Em Angola há já milhares de crianças e adolescentes desamparadas e órfãs, vivendo sozinhas ou com outras crianças. Muitas crianças e adolescentes são chefes de famílias constituídas pelos seus próprios irmãos que crescerão com recursos limitados, sem educação e sem orientação de parentes adultos próximos. Entre os órfãos da SIDA, a experiência mostra que muitos deles estão eles próprios infectados. Outra tendência é mais meninas que meninos ficarem infectados, e serem infectadas por homens mais velhos. A situação em Angola foi, até agora, pouco investigada, mas nada indica que o padrão de HIV possa ser diferente do de países com experiências semelhantes. A caridade de doadores e a solidariedade entre membros igualmente pobres da comunidade não bastarão para atender a esta situação. Mais do que qualquer outra coisa, significará um fardo ainda mais pesado para as mulheres angolanas.

### **Marginalização das mulheres portadoras de deficiências**

Doenças como a pólio e os fracos ou não existentes cuidados de saúde maternos estão por detrás da


maioria das deficiências. Durante as últimas décadas, as minas causaram um número crescente de pessoas com deficiências. Na colocação de minas contra civis, as mulheres e crianças estão especialmente expostas, porque são elas que trabalham principalmente nos campos e usam os caminhos ao redor das aldeias para ir buscar água e lenha.

De acordo com algumas fontes, as mulheres representam 40 por cento de todos os que ficaram sem membros por causa de minas e, em algumas províncias altamente minadas, como o Moxico e o Bié, até 60 por cento (MINFAMU, 1997). Muitos delas são viúvas, divorciadas ou chefes de família, sozinhas com filhos para criar. Algumas conseguem continuar a cultivar, outras relizam pequeno comércio, mas carecem, normalmente, de uma prótese e de outra assistência para si e para as suas famílias. Ainda assim, isso não resolve o seu problema, porque sob todas as circunstâncias ficam menos móveis e se deparam com obstáculos quando, por exemplo, tentam competir nos mercados com mulheres não deficientes.

Mulheres portadoras de deficiências correm o risco de ficarem socialmente isoladas. Nenhuma ONG angolana que trabalha com deficientes físicos visa as mulheres em particular e não há nenhum mecanismo institucional que vele pelas suas necessidades. Isto significa que elas têm pouco acesso à informação sobre os (poucos) serviços disponíveis e sobre pequenos projectos geradores de rendimentos adaptados à sua capacidade.

Quando as mulheres, eventualmente, descobrem sobre a possibilidade de possuírem uma prótese através dos centros ortopédicos existentes em algumas províncias, elas nem sempre podem aproveitar a oportunidade. As razões são principalmente económicas: Elas são simplesmente incapazes de prover as suas famílias quando estão fora de casa para ajustar a prótese e a treinar o seu uso. Mesmo o transporte para o centro, pode ser proibitivo. Números até 1997 indicam que só 10 por cento das próteses distribuídas foram para mulheres.

*Organizações internacionais e os seus parceiros angolanos precisam de repensar o seus programas dirigidos aos deficientes para os tornar sensíveis ao género e atingir também as vítimas femininas de minas de um modo adequado.*



Educação

## Principais problemas do sector

Antes da independência, o sistema de ensino em Angola era pouco desenvolvido e segregativo pois apenas a escola primária estava disponível para a população africana, com poucas excepções. O desequilíbrio regional era surpreendente e os recursos estavam principalmente concentrados na capital e nas províncias costeiras.

Ainda existe uma desigualdade semelhante, embora não seja institucional ou politicamente sancionada. Os mais abastados têm melhor acesso à educação para os seus filhos contudo, a qualidade da educação é geralmente baixa. O interior do país continua extremamente mal servido e a guerra e a situação de emergência pararam virtualmente o fluxo já limitado de recursos para as províncias e deixou em decadência as poucas escolas que funcionavam.

O governo angolano adoptou uma nova política educacional em 1977, baseada nos princípios do direito das crianças à educação e oportunidades iguais para todos. Foram abolidas as propinas escolares e o primeiro nível do sistema de ensino foi tornado obrigatório. As matrículas escolares triplicaram, para abarcar quase dois milhões de crianças. Mais de um milhão de adultos foram envolvidos numa campanha de alfabetização no fim dos anos 70.

### A estrutura do sistema escolar

O sistema de educação moderno consiste em oito anos de ensino de base, i.e. educação básica, com três níveis (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> classes). A formação técnica/profissional, da 6<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> e o ensino médio, da 9<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup> classes, com o ensino técnico e a formação de professores, constituem o nível secundário. O nível universitário é constituído principalmente por programas de cinco anos, i.e. licenciatura. O primeiro nível do ensino de base cobre o país inteiro, enquanto que os outros níveis não estão, normalmente, disponíveis nas áreas rurais. O nível médio está pouco desenvolvido, o que significa que a formação de professores, enfermeiros, etc., está bastante atrasado. As escolas particulares estão autorizadas desde 1991.

Fonte: UNICEF, 1998

Porém, este progresso não foi mantido e foi negado a números enormes de crianças, em todas

as regiões, o seu direito à educação. Desde o início dos anos 80, a propagação da guerra e as atribuições de orçamento com prioridade para o sector da defesa, resultaram num número mais baixo de matrículas, estagnação da alfabetização e um declínio geral na qualidade da educação. Só 50 por cento das crianças dos 5 aos 18 anos entraram na escola em 1996, com proporções ligeiramente mais altas para os rapazes e mais para crianças urbanas que rurais. Tanto para rapazes como raparigas há uma enorme desistência depois das 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classes e foram encontradas nas duas primeiras classes não menos de 62 por cento de todas as crianças matriculadas. Apenas 12 por cento dos alunos concluíram a 4<sup>a</sup> classe, ou seja o primeiro nível do ensino de base (MICS, 1997).

O português é a língua geral de instrução. Sendo uma língua estrangeira (ou segunda língua) para a grande maioria dos angolanos, crianças e adultos experimentam dificuldades de aprendizagem. O isolamento e limitadas possibilidades de encontrar material de leitura fazem crianças e adultos voltarem ao analfabetismo, embora possam ter tido alguns anos de escolaridade ou aulas de alfabetização.

*Com cerca de 50 por cento da população com menos de 15 anos, combinado com o elevado crescimento da população, o colapso do sistema escolar vai ter efeitos penetrantes na sociedade angolana no futuro. Serão precisos recursos enormes para reconstruir o sistema de ensino e criar uma escola com base em valores culturais e humanos que possam ser aceites por todos os grupos da sociedade angolana. A maior parte das reformas sociais passam pela escola e a escola é o instrumento mais poderoso que permite a mulheres e homens assumirem as suas responsabilidades como cidadãos e ajudarem o país a recuperar e a curar as suas feridas numa situação de pós-guerra.*

## Desigualdade de género na educação

Dados estatísticos indicam que a disparidade de género é menos acentuada em Angola que em muitos outros países na África Sub-sariana<sup>1</sup>. A erosão do sistema de ensino parece afectar mais ou menos igualmente os rapazes e raparigas; os factores mais importantes por trás do baixo índice

1 Os dados existentes estão incompletos. Os dados recolhidos pelo MED estão limitados às áreas sob controlo governamental. A amostra do MICS também inclui dados das áreas da UNITA e das escolas privadas. Não existem dados recentes sobre a alfabetização.

de matrículas e do elevado número de desistências é económico (classe), rural/urbano, língua materna<sup>2</sup> e desigualdades regionais. Ainda, quer os dados do Ministério de Educação quer os do MICS mostram que as raparigas estão ligeiramente em desvantagem no acesso à educação, embora o desequilíbrio de género mais notável apareça na população adulta. Entre as mulheres adultas (mais de 19 anos) 43 por cento nunca frequentaram a escola, comparado com “apenas” 17,5 por cento de homens. Apenas 18 por cento de mulheres estudaram para além da 4ª classe, comparado com 37 por cento de homens.

A proporção rapazes/raparigas melhorou durante as últimas décadas, apesar das insuficiências do sistema escolar. Em meados dos anos 90 as raparigas eram 48 por cento da 1ª à 4ª classes e quase a metade dos estudantes nos 2º e 3º níveis do ensino de base. O desequilíbrio de género mais marcado aparece no interior, com muito menos raparigas que rapazes na escola. Porém, as estatísticas não apresentam o quadro completo. Uma vez que, por exemplo, a frequência e a qualidade de ensino/aprendizagem não são medidos, alguns aspectos onde os padrões podem diferir entre rapazes e raparigas continuam a não ser conhecidos. As estatísticas confirmam, não obstante, que o sistema escolar angolano funciona como um “funil”: muito poucos estudantes, independentemente de sexo, completam a educação básica e ainda menos continuam para níveis mais altos.

Os custos de educação são, na realidade, pagos principalmente pelos pais, embora nas escolas estatais o ensino devesse ser grátis. Isto significa dizer que os professores pedem subsídios ao salário, os livros escolares têm que ser comprados no mercado e as comunidades participam frequentemente na construção e manutenção das escolas. Embora os dados mostrem pouca resistência aberta à educação das raparigas em Angola, é uma pergunta em aberto se as famílias, por razões sociais e económicas, não dariam prioridade à educação dos rapazes, quando se torna cada vez mais caro e frustrante para as famílias manterem os seus filhos na escola. A falta de segurança poderá impedir a instrução das raparigas; o

trabalho das raparigas é indispensável na maioria das famílias; as raparigas casam cedo; não é suposto estudarem para uma profissão. Todos estes factores afectam a sua educação. As raparigas também têm problemas em escolas mistas, que são a norma em Angola, com colegas de escola e professores do sexo masculino, não tendo este problema tentado ser resolvido seriamente pelas autoridades responsáveis.

---

2 As famílias onde se fala o português, principalmente urbanas enviam, regra geral, os filhos para a escola. Também existe alguma diferença entre os grupos etno-linguísticos – Kimbundu, Kikongo e Umbundo aparecem no estudo MICS como sendo mais pró-educação que os grupos Ganguela e Chokwe. Isto pode ser, contudo, explicado pelo facto de os últimos viverem em áreas mal servidas, onde a escola como instituição está menos estabelecida.





Principais sectores produtivos

## **Agricultura – divisão do trabalho e acesso à terra**

No meio rural, havia uma divisão clara de trabalho entre mulheres e homens, em termos gerais, igual à maioria dos países Sub-sarianos. Os homens eram caçadores, construtores e artesãos. O desbravamento de terra era frequentemente levado a cabo comunalmente por homens. Normalmente, também comercializavam o excedente agrícola. Mas a maioria das tarefas agrícolas normais eram executadas por mulheres, com a ajuda dos adolescentes e crianças de ambos os sexos. Isto incluía a selecção e conservação de sementes, a preparação dos campos, a sementeira/plantação, a irrigação, a monda e a colheita. As mulheres também colhem frutas e folhas comestíveis nas florestas, uma tarefa particularmente importante nos tempos de privação. A criação de aves e outros animais pequenos pertencia às mulheres, enquanto o gado era controlado pelos homens. Porém, este equilíbrio do sistema de produção rural sofreu grandes mudanças com a divisão das famílias, a falta de mão-de-obra masculina, o deslocamento e a falta de segurança nas áreas rurais.

Durante a guerra, as mulheres mantiveram as técnicas agrícolas tradicionais, em tempos em que os serviços de extensão rural bem como o acesso a sementes e instrumentos de trabalho deixaram de existir. Embora reduzida, a produção de culturas alimentares que se realiza é sustentada pelas mulheres que são as principais responsáveis pela segurança alimentar da família. A mulher camponesa numa aldeia restabelecida na província de Malanje (1996) explicou a situação alimentar assim:

”De manhã saio para a floresta e apanho cogumelos e folhas comestíveis. Depois vendo-os aqui na aldeia, no pequeno mercado debaixo da árvore. Depois disso vou para a cidade com o dinheiro que ganhei. Na cidade, compro um pouco de sal ou outros produtos. Se ainda fico com dinheiro, pago uma boleia de camião de volta para a aldeia. Caso contrário caminho. Quando estou de volta vendo os meus produtos no mercado e ganho algum dinheiro. Quando escurece saio e encontro-me com os soldados que me vendem mandioca. Às vezes dou aos soldados coisas que comprei na

cidade em vez de dinheiro. No dia seguinte posso começar a preparar a mandioca para a minha família.” (Åkesson, 1996)

A autora acrescenta que os soldados pertenciam à UNITA e que não era improvável que a mandioca que eles, de facto, vendiam ter sido colhida nos campos que pertenciam à comunidade... Este exemplo é ilustrativo dos esforços das mulheres para alimentar as suas famílias e de como inventam novas estratégias de sobrevivência, mas também da incerteza que as famílias camponesas têm que enfrentar.

Não existem dados sobre o número de mulheres camponesas, mas geralmente é tido como certo que elas excedem em número os homens camponeses. Na produção agrícola alimentar, não há nenhuma evidência que prove que Angola siga outro padrão diferente dos países na África Sub-sariana, onde as mulheres, em média, produzem até 70 por cento das culturas alimentares. Em Angola as principais culturas alimentares são a mandioca, batata doce, feijão e milho, mas as mulheres também cultivam todos os tipos de legumes e frutas quando têm acesso a sementes e plantas. As mulheres urbanas complementam frequentemente as suas outras actividades económicas cultivando em pequenos terrenos nas áreas peri-urbanas.

As mulheres usam a terra como meio de sustento e não como um bem comercial e, na economia de hoje, o direito das mulheres à terra é inseguro. A Lei da Terra de 1992 dá às mulheres e homens direito igual ao uso da terra, mas a distribuição de terra segue, normalmente, regras tradicionais. Embora a maioria das sociedades em Angola sejam organizadas de forma matrilinear, as decisões sobre a distribuição da terra feita pelos sobas<sup>1</sup> podem desfavorecer as mulheres. Porém, não existe informação sólida ou pesquisa que reflita como a distribuição de terras é feita pelos sobas ou autoridades estatais e se é tido ou não em consideração o direito das mulheres à terra.

Em algumas regiões as mulheres têm um acesso relativamente fácil à terra, mas falta-lhes sementes e instrumentos de trabalho. Em áreas com muitos deslocados, há tensões palpáveis entre a população residente e os estranhos sobre o uso da terra e, nessas situações, a falta de capacidade das mulheres

---

1 A maior parte dos sobas são homens, mas em alguns poucos casos as mulheres detêm este cargo.

de fazer valer os seus direitos pode deixá-las sem terra. Quando os deslocados voltarem a casa depois da guerra, as autoridades e todas as organizações de assistência envolvidas no processo (agências internacionais, igrejas e ONGs) precisam de saber como resolver conflitos relativos à terra e proceder em observância do direito das mulheres de cultivar a terra. Em áreas propícias à agricultura comercial, as mulheres camponesas correm o risco de se tornarem as principais vítimas, se nada for feito para proteger os direitos à terra dos pequenos agricultores e dar prioridade a famílias chefiadas por mulheres.

### Falta de políticas concretas

O Ministério da Agricultura não tem nenhuma política específica para as mulheres camponesas e parece haver pouca consciência sobre as questões principais de género relativas à terra e agricultura de subsistência. Quando entrevistado, um alto funcionário do MINADER era de opinião que poucas mulheres são chefes de famílias e que elas funcionam como “serviçais” para os seus homens. As mulheres devem ser alcançadas através das associações de camponeses<sup>2</sup>, onde elas são membros ao lado dos homens e algumas são até mesmo membros dos comités de gestão. O Ministério afirma que os direitos das mulheres na agricultura são favorecidos por este sistema.

O MINFAMU tem pouco a dizer sobre as mulheres rurais sendo principalmente visadas como uma das categorias de mulheres pobres na Estratégia para a Promoção das Mulheres até ao ano 2000, e não explicitamente como camponesas. A estratégia tem por objectivo desenvolver e implementar políticas que visam as mulheres rurais “de forma a que elas se possam tornar nos actores directos e beneficiários das políticas, programas e projectos de desenvolvimento” (MINFAMU, 1997). As mulheres rurais deveriam ter um papel mais forte como promotoras de mudança, o que significa que devem ser melhoradas as condições para o seu bem-estar social, político e económico. As acções propostas são:

- a) Demonstrar um engajamento político firme de desenvolver o sector agrícola com o objectivo de assegurar a segurança e auto-suficiência alimentar dotando-o dos recursos necessários.
- b) Estabelecer um quadro institucional e de programas financeiros apropriados para apoio aos programas e projectos a favor da mulher.
- c) Dinamizar programas que garantam a participação da Mulher Rural na elaboração de políticas de desenvolvimento, esforçar-se na melhoria da condição das mulheres fornecendo os serviços básicos.
- d) Promover a organização das mulheres enquadradas no meio rural e no sector informal de economia como mecanismo para possibilitar um maior acesso ao crédito e à comercialização (MINFAMU, 1997).

O problema básico poderá não ser as *mulheres rurais* serem pobres, marginalizadas e terem de passar por todos os tipos de sofrimento. As mulheres rurais não só são afectadas pela guerra e pobreza, mas por um problema estrutural que é basicamente político. O Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD (PNUD, 1997) coloca o problema assim:

“A actividade agrícola camponesa, outrora a principal fonte de rendimento e de emprego da maioria da população do país, encontra-se órfã do desenvolvimento.” (PNUD, 1997)

*Para se tornar novamente um “membro da família”, a agricultura camponesa precisa de respeito, recursos, conhecimentos, aptidões e tecnologia e, todos os camponeses, homens e mulheres, precisam de tomar parte no processo de restabelecimento da agricultura e segurança alimentar. Neste processo, as necessidades e capacidades das mulheres requerem uma análise específica que, até agora, não foi feita.*

2 As associações de camponeses deveriam fornecer sementes e outros utensílios e trocar os bens de consumo por produtos agrícolas dos camponeses. De acordo com as estatísticas do início dos anos 90, as mulheres constituíam 45 por cento dos 200.000 membros registados. Havia uma diferença regional considerável - na Huíla, no Sul, apenas 20 por cento eram mulheres, enquanto que nas províncias do norte como Cabinda, Zaire, Kwanza Norte e Bengo a participação feminina estava entre os 63 e 76 por cento. A razão para tal não é clara (Åkesson, 1992).

### Mulheres como agricultoras

Mulheres e homens não têm as mesmas prioridades e atitudes em relação à agricultura. No relatório de *Greenberg et al.* foram entrevistados mulheres e homens agricultores sobre as suas prioridades para aumentar a produção agrícola e a sua posição diferia bastante. Na classificação dos atributos prioritários, tais como armazenamento, processamento, qualidades das plantas e/ou caules, ciclo, resistência a doenças, etc., as ideias das mulheres eram bastante diferentes das expressas pelos homens. Em entrevistas de grupo em duas províncias, as mulheres classificaram o feijão como sua primeira prioridade, enquanto que os homens preferiram o milho. As mulheres não só olharam para o feijão como tal, mas também para o uso das suas folhas em molhos, para vender no mercado, etc. (As pessoas normalmente apreciam o valor nutricional das folhas.) As mulheres camponesas fazem regularmente cálculos de risco muito cuidadosos antes de mudarem para uma nova cultura ou começarem a usar sementes melhoradas e estão bem atentas ao equilíbrio do sistema agrícola que aplicam (*Åkesson, 1989*).

Para além do restabelecimento da infraestrutura social e económica básica, como centros de saúde, escolas e mercados, todos os camponeses precisarão de crédito, utensílios e apoio de extensionistas para poder retomar a produção. *As mulheres camponesas* não só precisarão de extensão agrícola e apoio em utensílios, mas de educação em economia doméstica, saúde, cuidados às crianças e tópicos semelhantes para poderem restabelecer o equilíbrio económico e social da família e da comunidade.

### Pescas

O sector das pescas é visto geralmente como de dominação masculina, também em Angola. Mas isto é, na realidade, só aplicável à pesca marítima e industrial: "O quadro muda se o processo até o peixe chegar aos consumidores for levado em conta, ou se for considerada a pesca no interior do país" (*Åkesson, 1992*). O envolvimento das mulheres na cura e venda de peixe tem uma longa tradição. Durante o tempo colonial, poucos comerciantes portugueses participavam na comercialização de peixe que permaneceu com as mulheres. O papel das mulheres é culturalmente bem aceite e a divisão do trabalho não é questionada. Também é

bastante comum que as mulheres retalhistas sejam casadas com pescadores (*Shea et al., 1996, em Ducados, 1998*).

Em 1989 um terço dos formalmente empregados no sector das pescas eram mulheres, trabalhando principalmente na administração e na indústria de conservas. No Instituto de Investigação Pesqueira mais de 50 por cento dos biólogos eram mulheres e o sector tinha muito pessoal feminino a nível de administração. Desde há muitos anos que o ministro das pescas é uma mulher. Ainda assim, a maioria das mulheres no sector tem trabalhos menos sofisticados, curando e vendendo peixe em condições bastante árduas. De acordo com estimativas da FAO, estão envolvidas três vezes mais pessoas a tratar do peixe em terra que na pesca como tal. Estima-se que no princípio dos anos 90 havia 45.000 pessoas engajadas no trabalho em terra. A maioria delas eram mulheres, à excepção dos homens envolvidos no transporte e distribuição de peixe em grande escala.

A comercialização de peixe requer pouco capital e relativamente baixas aptidões e com uma procura permanente de peixe há um retorno rápido de dinheiro. As mulheres compram o peixe depois de ser descarregado. Parte do peixe é vendido fresco e o resto é seco ou, às vezes, fumado. As mulheres usam métodos simples e nem sempre higiénicos para salgar, secar e fumar o peixe o que baixa a sua qualidade. Mas há procura até mesmo para peixe de baixa qualidade e as pessoas pobres compram peixe meio podre a um baixo preço. Como regra, o peixe é vendido em casa ou em mercados locais, mas as mulheres usam os seus contactos com peixeiras de outros mercados quando não conseguem vender o seu peixe localmente.

Embora as mulheres sejam mais visíveis a nível retalhista, também em Luanda a maioria dos grossistas são mulheres. Estas mulheres trabalham sozinhas ou em grupos e são, na maioria, alfabetizadas. Elas têm uma capacidade empresarial bem desenvolvida com um capital de maneio grande, em divisas ou em Kwanzas, para além do crédito de fornecedores. Algumas delas são empregadas por homens de negócios individuais.

As mulheres retalhistas enfrentam alguns constrangimentos importantes, nomeadamente pouco capital de maneio, incapacidade de repartir os custos, incapacidade de incluir a taxa de inflação nos seus preços, mobilidade limitada por causa

### A experiência da OIKOS

A ONG portuguesa OIKOS tem vindo a apoiar comunidades rurais desde 1991 com projectos de pequenos créditos dos quais alguns foram dirigidos a mulheres enquanto outros tentaram activamente envolver as mulheres como membros da comunidade. O projecto da OIKOS começou por criar um fundo comunitário com base em artigos doados que eram vendidos nas comunidades a preços simbólicos. Os fundos eram usados para resolver os problemas mais urgentes na comunidade, como a compra de sementes, material escolar e medicamentos básicos. A ideia era criar fundos rotativos na forma de bancos de sementes ou passando a cria de animais comprados através do fundo a outros membros da comunidade.

Os fundos comunitários eram geridos por comités de 3 a 6 membros eleitos entre os aldeãos. Foi estabelecido que, pelo menos um dos membros deveria ser mulher, um membro deveria representar a juventude e um deveria ser um líder de aldeia. A experiência registada dos comités mostra que a participação das mulheres foi baixa. A explicação da OIKOS é o estatuto social e cultural mais baixo das mulheres, mas também o facto das mulheres estarem sobrecarregadas com trabalho e terem pouco tempo para uma participação activa. (Aconteceu que mulheres que tinham o direito de receber um animal recusaram-no por “falta de coragem”.)

Uma recente experiência (no Huambo em 1999) é a de projectos geradores de rendimento para grupos de mulheres. O projecto teve origem num projecto de saúde e no interesse pela alfabetização entre as mulheres. O projecto de crédito começou por apoiar a construção de uma pequena casa para cada grupo onde as aulas de alfabetização e outras atividades de grupo se realizavam. Antes do lançamento do projecto, os membros dos futuros grupos tinham que aceitar os critérios de admissão seguintes:

- Ser membro do grupo
- Assumir a responsabilidade pela continuidade
- Respeitar as decisões tomadas pelo grupo
- Ser capaz de pôr de lado alguma poupança para reduzir a dependência
- Estar disposta a fortalecer a solidariedade e entreajuda dentro do grupo

Os grupos serão apoiados por uma assistente social e um membro da equipa de campo do projecto, e não dependerão dos comités comunitários para ter acesso ao crédito. Prevê-se, no entanto, que as mulheres precisarão de alguma ajuda do projecto para evitar que os seus maridos tomem o controlo do dinheiro que elas ganham, o que é normalmente o caso nesta região. A “ideia de negócio” é fazer pão e vender as crias das cabras. Espera-se que estes pequenos projectos sejam auto-sustentáveis e que ajudem a criar novos grupos.

*Fonte: Entrevista com Fátima de Sousa e Walter Viegas*

do alto preço do transporte, redes limitadas, assaltos de ladrões e abusos da polícia. A complexidade do sector torna difícil resolver estes problemas através da formação e acesso a créditos, embora tais medidas possam ser úteis para o indivíduo. O sector é completamente selvagem e controlado por grandes operadores que beneficiam de privilégios financeiros com base em contactos políticos. As peixeiras, embora muito mais numerosas que os grossistas e os donos das companhias de pesca, são personagens secundários com perspectivas limitadas de desenvolvimento a menos que o sector seja melhor regulado e organizado (Ducados, 1998).

### Acesso ao crédito

Pequenos agricultores, pequenos empresários e pequenos comerciantes do sector informal têm todos falta de acesso ao crédito para desenvolver a sua produção agrícola ou o seu pequeno negócio. Isto aplica-se a homens e mulheres, embora

normalmente se diga que as mulheres têm mais dificuldades que os homens. Desnecessário será dizer, que o angolano comum tem poucos bens, pouca ou nenhuma margem económica e certamente nenhuma conta bancária.

O acesso ao crédito e à moeda externa está, na prática, restringido a pessoas da classe superior da elite política e/ou económica urbana. Não existe um sistema de crédito organizado para pequenos projectos ou micro-empresendimentos através dos poucos bancos que operam em Angola e que praticamente só funcionam em condições normais em Luanda. Mesmo com um sistema de crédito bancário a funcionar, a maioria dos angolanos seria excluído porque as pessoas comuns não têm bens para afiançar um empréstimo. A maioria dos camponeses carece de títulos legais de uso da terra e, como a terra pertence ao estado, não pode ser hipotecada. Muitos pequenos empresários, e certamente todos na economia informal, carecem de documentos de registo. Os obstáculos burocráti-

cos em combinação com bancos que funcionam mal e a falta de vontade política para apoiar os pequenos agentes económicos têm, até agora, criado uma situação em que os potenciais beneficiários de créditos se encontram num impasse.

Os projectos de crédito têm, assim, que ser implementados sem apoio do sistema bancário e há uma série de projectos financiados por doadores e implementados por ministérios ou ONGs. O método mais comum parece ser a provisão de créditos em espécie. Até agora, poucos projectos têm sido avaliados. Em meados dos anos 90, o Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional (PRC) iniciou um projecto de micro-créditos na província de Malanje com uma doação (USD 50.000) concedida pela Suécia. O projecto visava especificamente as mulheres em aldeias e na cidade de Malanje e tinha por objectivo apoiar o começo de novos micro-empresendimentos. Embora o projecto devesse ser supervisionado pelo Ministério do Planeamento em Malanje, não existe nenhuma documentação ou informação disponível sobre os seus resultados (*comunicação pessoal*).


O MINFAMU está a preparar um programa nacional de micro-crédito com base em créditos monetários e com um quadro institucional que envolve o Ministério das Finanças, o Banco Central e os bancos comerciais. O objectivo principal do programa é combater a pobreza através da criação de rendimento e emprego no sector informal. O programa usa dinheiro com o objectivo explícito de "monetizar" as áreas rurais e, só em casos excepcionais, o programa dará crédito em espécie.

Os beneficiários são principalmente mulheres, mas também soldados desmobilizados e pessoas deslocadas. Eles serão organizados em grupos e as suas actividades identificadas sem intervenção externa. As áreas prioritárias são:

- Agricultura e criação de gado numa base familiar, individual ou de associação
- Produção de artesanato
- Pequeno comércio de retalho
- Fabrico de pão e bolos
- Pesca artesanal
- Outras iniciativas que gerem rendimento e emprego

Todos os créditos serão dados em Kwanzas, automaticamente indexados de acordo com a taxa

de inflação. O crédito individual máximo corresponde a USD 150. Os períodos de reembolso dos empréstimos e as taxas de juro serão negociados e estabelecidos através de acordos entre as agências implementadoras e os beneficiários. Durante a fase piloto (1999) o período de reembolso era de 20 semanas, com a excepção dos projectos agrícolas e de criação de gado/animais de pequeno porte onde o prazo foi extendido para o máximo de um ano. A taxa de juros era de 2 por cento/semana. O empréstimo por grupo é preferível, porque é um costume entre as mulheres em Angola. (O Kixikila é um esquema tradicional de empréstimo rotativo de grupo.) Os procedimentos do programa parecem bem elaborados, mas pouco ainda é conhecido sobre a disponibilidade de fundos.



## Quadro institucional e estratégia nacional de género

## O Ministério da Família e Promoção da Mulher

A “maquinaria nacional” para assuntos de género foi criada pelo parlamento em Março de 1991, com a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher cujo mandato era definir e promover políticas do governo em todas as áreas política, económica e social onde estivessem em jogo os interesses das mulheres. Em 1997, a Secretaria foi elevada ao estatuto de Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU). O facto dos assuntos familiares terem sido incorporados na esfera de autoridade do ministério, significa que foi dado ao ministério um perfil mais forte em termos sociais e de bem-estar mas, na realidade, parece que pouco mudou em termos de abordagem e acções comparado com o seu desempenho anterior.

O MINFAMU é um pequeno ministério com menos de 300 funcionários para o país inteiro, entre as quais 22 com nível universitário (*PNUD, 1998*). O ministério recebe uma parte insignificante do orçamento estatal (menos de 1 por cento na proposta de orçamento para 1999) e está extremamente dependente de financiamento externo para implementar as suas actividades. Com a falta de recursos o MINFAMU debate-se com problemas para chegar às áreas rurais para recolher informação e influenciar as estruturas dos governos locais.

## A Conferência de Beijing

Angola participou na Conferência Internacional das NU sobre as Mulheres, em Beijing, com uma delegação de vinte mulheres e cinco homens. Os trabalhos preparatórios foram coordenados por um comité com representantes de diferentes ministérios, ONGs e secções femininas de alguns partidos políticos e igrejas. Foram realizadas duas conferências nacionais para estimular uma discussão alargada do relatório de Angola à conferência. O relatório angolano faz um diagnóstico bastante abrangente e crítico da situação das mulheres no contexto da crise geral do país (*Relatório da República de Angola, Luanda 1994*).

Depois de Beijing, o Ministério da Família realizou uma série de actividades, principalmente na forma de seminários e estudos específicos de género, ou melhor dito, sobre assuntos de mulheres (*MINFAMU, 1998*):

- Preparação de uma estratégia nacional para a promoção das mulheres até ao ano 2000

- Disseminação da Plataforma Africana de Acção e da Plataforma Mundial de Acção (Beijing)
- Seminário sobre desenvolvimento das mulheres e da comunidade (financiado pelo UNIFEM)
- Projecto sobre a violência contra as mulheres (estudos), estatísticas de género e apoio ao projecto de centros de aconselhamento jurídico (financiado pela Suécia)
- Seminários sobre assuntos de género em dezasseis províncias durante 1995-97 (financiados pela Suécia)
- Preparação de planos de acção com base na estratégia nacional para 1997-98 e para 1999
- Preparação de projectos para criar centros de desenvolvimento da comunidade, treinar promotores de progresso e desenvolvimento rural, apoiar as associações de mulheres rurais e actividades geradoras de rendimento e, finalmente, um programa nacional de micro-crédito
- Visitas de acompanhamento às províncias
- Constituição de uma rede de mulheres em postos de tomada de decisão
- Seminário a nível nacional sobre violência contra as mulheres (financiado pela Suécia)
- Seminário sobre a família e as associações de mulheres
- Implementação de um projecto para a promoção das mulheres (financiado pelo FNUAP e o UNIFEM)

O ministério também distribuiu o primeiro relatório de Angola sobre o cumprimento das obrigações de direitos humanos do país relativas à eliminação da discriminação contra as mulheres, quer dizer o relatório da CEDAW. Deveria ter sido apresentado à ONU em 1997, mas só foi publicado em 1998 e, como o relatório para a conferência de Beijing, faz uma panorâmica negra, para não dizer deprimente, da situação das mulheres. Embora o relatório seja fundamentalmente descritivo, proporciona uma base para análise da falta de cumprimento da sociedade na protecção dos direitos humanos das mulheres, no sentido mais vasto, e a falta de vontade política de investir em áreas onde o progresso faria uma diferença para as mulheres – serviços de saúde, ensino primário e alfabetização de adultos e a execução das leis que devem proteger os direitos das mulheres. Na realidade, as mulheres angolanas “enfrentam uma herança discriminatória tripla: leis e práticas



consuetudinárias, efeitos de três décadas de guerra e do padrão estilo soviético de governação” (Tomasevski, 1998), que tomadas em conjunto criavam obstáculos efectivos à plena implementação dos compromissos da CEDAW.

### **Estratégia nacional de género**

Como um dos passos depois da Conferência de Beijing em 1995, o governo angolano aprovou uma Estratégia para a Promoção da Mulher até ao ano 2000. Foi elaborada em 1997 e aprovada num período em que Angola esperava uma paz duradoura. Desde então, a implementação da Plataforma de Acção de Beijing, parou. Muitas das metas e das actividades propostas parecem irrealistas e inacessíveis no clima político presente.

Porém, mesmo sem uma guerra aberta no país, a abordagem da estratégia tem pouco suporte na realidade angolana. Tem muitas das características de um produto da burocracia estatal: uma abordagem de “engenharia social” e uma convicção forte nas campanhas para mudar atitudes profundamente enraizadas ou problemas causados por sistemas de educação e saúde corroídos onde o mesmo estado tem a responsabilidade principal pelo declínio ao longo dos anos.

#### **Áreas prioritárias na Estratégia para Promoção da Mulher até ao ano 2000**

- A participação da mulher no processo de paz
- A pobreza na mulher, segurança alimentar insuficiente e falta de poder económico
- O acesso insuficiente à educação, à formação bem como à ciência e à tecnologia
- A melhoria da saúde incluindo os direitos reprodutivos e os serviços de planeamento familiar
- O papel vital das mulheres na cultura, na família e na socialização
- As relações entre a mulher e o ambiente e o seu papel na gestão dos recursos naturais
- A emancipação política das mulheres
- Os direitos reconhecidos às mulheres por lei e os seus direitos individuais
- A elaboração e utilização dos dados segregados por sexo
- A mulher, a comunicação, a informação e as artes
- A menina

A estratégia está orientada para as mulheres e não inclui os homens como agentes de mudança ou participantes no processo proposto de mudança. Como a maioria das mulheres tem falta de estatuto e poder a todos os níveis da sociedade e a sua posição de subordinação é a causa e não o efeito da presente crise de género, a perspectiva apenas feminina corre o risco de cimentar os papéis tradicionais e estereotipados das mulheres. As mulheres já estão sobrecarregadas como mães, educadoras, provedoras de cuidados de saúde, camponesas, empresárias, defensoras da paz e valores tradicionais e a afirmação de que as mulheres precisam de informação e educação “mais do que qualquer outro grupo na sociedade” pode aumentar o seu problema. Com a complexidade dos problemas na sociedade angolana, uma tal perspectiva simplista e unissexo dificilmente é eficiente e não contribuirá para quebrar o círculo vicioso das relações de género.

O documento de estratégia reconhece muitas das dificuldades legais, sociais e económicas e as insuficiências que impedem as mulheres – e muitos homens – de superar a pobreza e assegurar um futuro melhor para os seus filhos. O MINFAMU assume uma atitude activa em áreas importantes como a educação e a saúde, mas esses são também os sectores onde as despesas do governo continuam baixas. Ainda assim, sem educação e saúde a maioria dos outros objectivos da estratégia – tais como fazer as mulheres participarem no processo de paz, deixar as mulheres rurais serem agentes de mudança e aumentar a representação política feminina – permanecem irrealizáveis.



## Mulheres nos meios de comunicação social

Embora uma nova Lei de imprensa tenha sido introduzida em 1991, que permitiu jornais e revistas privados e, mais tarde, emissoras de rádio privadas, a situação dos meios de comunicação social em Angola permanece bastante pobre. Para além disso, e ao contrário das intenções expressas, o clima tornou-se, ultimamente, mais repressivo e mesmo os jornais e revistas independentes sentem restrições tácitas ou abertas (*Angola Peace Monitor, 1999*).

Os meios de comunicação social tornaram-se menos abertos à informação ou debate sobre o género ou assuntos de mulheres. A organização “oficial” das mulheres, OMA, costumava ter acesso relativamente fácil ao jornal diário estatal, Jornal de Angola, mas a OMA perdeu influência e está menos activa como uma voz na sociedade. O Jornal de Angola deixou de publicar a sua “página da mulher” já em meados dos anos 90.


Os meios de comunicação social controlados pelo estado – Jornal de Angola, a Rádio Nacional e a televisão – são pesadamente politizados e de bastante baixa qualidade. A qualidade dos pequenos jornais privados e das estações de rádio comerciais é igualmente fraca e, especialmente os jornais, são fundamentalmente vias para fofoca política e histórias de má gestão, corrupção e desfalque. Os meios de comunicação social em Angola parecem não ter nenhum interesse sério sobre o género/mulheres e as 200 mulheres jornalistas no país têm possibilidades limitadas para lançar iniciativas para mudar a dominação masculina nos média. Desde 1996 que as mulheres jornalistas estão organizadas numa associação mas, mesmo assim, ainda se sentem bastante impotentes (*comunicação pessoal*).

Não é muito surpreendente que as influências do patriarcalismo angolano e do machismo latino estejam a definir o padrão nos meios de comunicação social quando descrevem as mulheres. As mulheres pobres são apresentadas como vítimas, frequentemente anónimas, enquanto que a imagem comercial, por exemplo, nos anúncios da televisão, coincide com os habituais estereótipos femininos ocidentais, como a dona de casa da classe média, mãe, modelo de moda: “...dependente, bonita e nua” (*Cohen dos Santos, 1997*). Algumas das telenovelas brasileiras também dão a sua contribuição para a conservação de estereótipos dos papéis de género. Elas são transmitidas várias vezes por semana e são altamente apreciadas pelo público.

Embora Angola seja um país comparativamente pobre em rádio, a rádio ainda é o melhor meio para

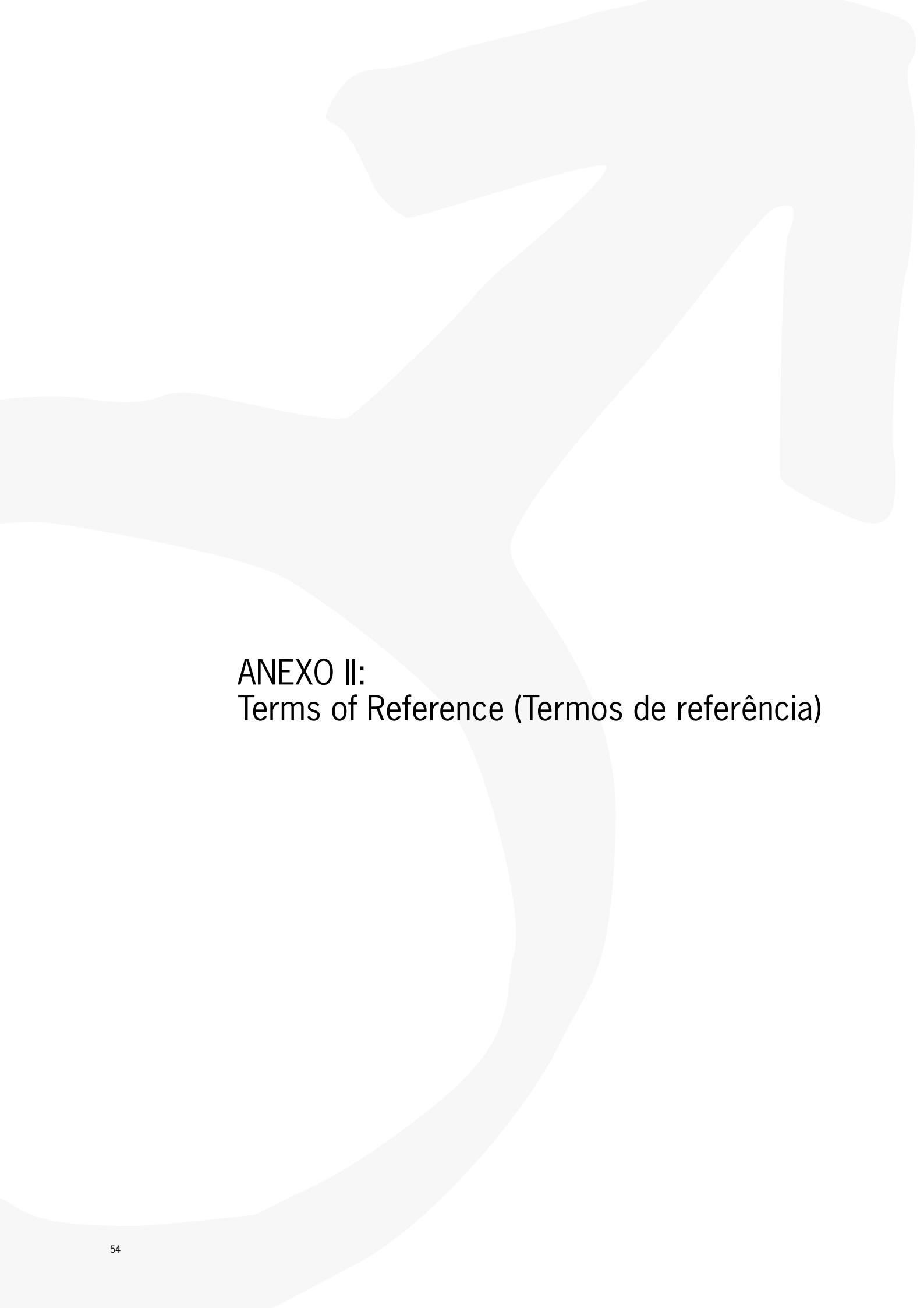
atingir as pessoas urbanas e rurais. A Rádio Nacional de Angola transmite nas principais línguas nacionais e em português. Foram feitas algumas tentativas com estações de rádio comunitárias num projecto conjunto da RNA e UNICEF, que tratava principalmente de problemas de saúde, nutrição e higiene, mas também de assuntos de género. Mas tais iniciativas são marginais e o uso da rádio para propósitos sociais ou educacionais é um recurso não utilizado. Presentemente, uma das excepções é a LAC (Luanda Antena Comercial) que radiodifunde programas educacionais para mulheres. A Rede Mulher começou recentemente a colaborar com a LAC e apresenta um programa semanal chamado “Os caminhos da igualdade”.

A RNA teve em tempos um programa especial dirigido às mulheres, mas foi tirado do ar há um tempo atrás, quando o conceito de “género” ficou popular e devia substituir “as mulheres”. Presentemente, há uma colaboração entre o FNUAP e o MINFAMU sobre um programa chamado “Lado a lado” que tem como um dos seus objectivos “educar os homens em assuntos de população” (*comunicação pessoal*). Deve, portanto, ter como obrigação levantar questões como direitos de reprodução, paternidade responsável, prostituição, DSTs e educação sexual que são coisas que as pessoas precisam urgentemente de saber, mas que, demasiadas vezes, são consideradas controversas em Angola.



## ANEXO 1: Siglas e abreviaturas

ADEMA	Associação para a Ajuda e Desenvolvimento da Mulher e Criança Angolana	MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
AMULID	Acção da Mulher Liberal Democrática	NU	Nações Unidas
ASSOMEL	Associação das Mulheres Empresárias	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)	OMA	Organização da Mulher Angolana
DST	Doença Sexualmente Transmitida	ONG	Organização Não-Governamental
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização para a Alimentação e Agricultura)	PLD	Partido Liberal Democrático
FMI	Fundo Monetário Internacional	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola	PRC	Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População	PRD	Partido Renovador Democrático
GoA	Government of Angola (Governo de Angola)	RDC	República Democrática do Congo
HIV	Human Immunodeficiency Virus (Virus de Imunodeficiência Humana)	RNA	Rádio Nacional de Angola
INE	Instituto Nacional de Estatística	SADCC	Southern African Development Coordination Conference
LAC	Luanda Antena Comercial	SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
LIMA	Liga Independente das Mulheres Angolanas	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
MICS	Multiple Indicator Cluster Survey (Inquérito de Indicadores Múltiplos por Amostragem)	UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres
MINFAMU	Ministério da Família e da Promoção da Mulher	UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
		USAID	United States Agency for International Development



## ANEXO II: Terms of Reference (Termos de referência)

## 1. Background

In 1992 a Country Gender Analysis for Angola was prepared for Sida. It is a well known fact that socio-economic conditions in Angola are insufficiently documented and particularly with regards to gender aspects. The report was a contribution to our knowledge. It was planned to update the Country Gender Analysis after three years, but many changes have occurred in Angola since then.

Developments which have taken place during the 1990s make it necessary to update this profile. For example the impact of the increased attention to gender equality in the UN conferences on education, environment, human rights, population and social development needs to be investigated. The increased knowledge of, and attention to, the linkages between gender equality and economy should be taken into account in the country Gender Profile, as well as the increasing focus on men in efforts to promote gender equality.

In particular there is need to give attention to the implementation of the *Platform for Action and Beijing Declaration* from the Fourth World Conference on Women held in Beijing in 1995. This international strategy for promoting gender equality was endorsed by 189 member countries of the UN including Sida's partner countries. Attention should be given to the Critical Areas of Concern identified in the *Platform for Action*: poverty, education, health, violence, armed conflict, economy, power and decision-making, human rights, media, environment, girl-child and institutional mechanisms. Member countries were required by the General Assembly to prepare concrete plans for the implementation of the *Platform for Action*. Since these plans should be the basis of the cooperation between Sida and partner countries on promoting gender equality, there is a need for information on the priorities and initiatives included in the implementation plans.

During the 1990s the *Convention on the Elimination of All Discrimination Against Women (CEDAW)* was highlighted as an instrument for dialogue between development cooperation agencies and partner countries. Knowledge on the ratification of, reservations to, and implementation of CEDAW by partner countries needs to be increased within Sida. The recent Sida document *A primer on CEDAW for International Development Cooperation Personnel* (1998) provides a general introduction to CEDAW but more information is needed on specific partner countries.

Sida's *Action Programme for Promoting Equality Between Women and Men* (April 1997) takes its starting point in the priorities and initiatives of its partner countries. This requires development of considerable knowledge on the gender equality situation in partner countries – policies, strategies, formal mechanisms, work of NGO's and civil society, research groups, etc. The Country Gender Profile aims to facilitate the development of knowledge on gender equality in partner countries which facilitates the implementation of Sida's action programme.

Sida has also identified other priority areas which need to be given a special focus in the Country Gender Profile: poverty, democracy, human rights and conflict and environmental sustainability.

## 2. Purpose of the Country Gender Profile

The Country Gender Profile should facilitate development of gender aware country strategies, programmes and projects, and policy dialogue, by providing brief but comprehensive information on the comparative situation and status of women and men with particular reference to poverty and other economic, political, legal, socio-economic and socio-cultural factors. Since women and men are not homogeneous groups it is important to consider other social-cultural criteria such as ethnic group, race, class and age. The document should highlight the inter-related causal factors which contribute to the present situation while providing an analysis of the trends and forces contributing to ongoing changes.

Country Gender Profiles are also useful in briefing of consultants undertaking assignments in Angola and for briefing of Sida personnel. In the past Sida's Country Gender Profile have also been found very useful by partner countries and other international actors, not least because they are short and concise.

The Country Gender Profile should not describe Sida's policies or programmes. The nature and size of this profile also prohibits more detailed attention to the sector areas in which Sida is involved. The profile aims to provide a general overall background on the gender equality situation to facilitate development of Sida support.

## 3. Scope and focus of the Country Gender Profile

The Country Gender profile should include gender-specific information on the following areas, including

specific attention to girl children as relevant:

**i) The three other priority areas within Sida**

Information on these issues should be integrated into all parts of the report as well as provided through separate sections.

Poverty: Using as a guide Sida's recent document: Gender inequality and poverty: trends, linkages, analysis and policy implications (1998)

Democracy, human rights and conflict

Environmental sustainability

**ii) Other factors**

*Overall economic situation*

Economic policies and reforms – including debt, balance of payment, inflation, public revenue, public expenditures, public investment, production (tradables and untradables), social sector spending, user charges policy, welfare subsidies, employment and labour in both the formal and informal sectors, trade unions. Gender-specific impact of macro-level policy on micro-level should be highlighted.

*Socio-economic situation*

General poverty situation, income distribution, livelihoods, food security, demographic situation, provision and access to/use of services and resources, water, forestry, infrastructure, health (including HIV/AIDS), education, disability, human settlements, urbanization, informal sector, information, energy, communications, land and other resources, environment.

*Socio-cultural situation*

Ethnic and racial groups, family structure (including female-headed households), children (with focus on girl children), youth, migration, traditional customs and laws (including female genital mutilation).

*Legal situation and human rights*

Inheritance, land tenure, family law, labor laws, violence, traditional vs civil laws, CEDAW. The presentation should focus on legislation, legal literacy and administration of the law.

*Political situation*

Constitution, parliament (representation and participation), political parties, government,

elections (participation and representation), representation and participation at other levels – regional/provincial, district and local government levels.

*Media*

Freedom of expression, representation and participation in media (including management levels), gender images in media, access to, utilization and control of IT and modern communication methods.

*Conflict*

Gender specific information on causes, prevention, resolution and rehabilitation

*Girl Children*

Information on specific constraints and problems faced by girl children.

**iii) National policies and inputs on promotion of gender equality**

An analysis of what is being done within the country to promote gender equality. National policies, strategies (including sector-specific strategies) and mechanisms for promoting gender equality, including the specific plans for the implementation of the *Platform for Action* should be included. In addition information should be provided on the priorities and initiatives of NGO's, civil society, women's organizations and networks, men's groups, academia, media groups, etc. Information should be included on the capacity of national actors to work with a gender equality perspective and opportunities for competence development. The focus on and involvement of men in gender equality work should be given priority attention.

**iv) Inputs by external agencies**

Information on the role of donors – multilateral and bilateral as well as external NGO's, including the role of coordination.

**v) Key problems and opportunities**

This section should identify specific areas of concern or areas where there is potential for moving forward.




#### **4. Methodology**

The profile should be prepared as a desk study by consultants. No new research should be involved in the development of the profile. It should build entirely on existing materials and interviews with key actors in ministries, NGO's, civil society organizations, etc. The profile can point to the need for further research in strategic areas.

The profile should be no longer than 25 pages and shall be written in English. Additional information can be provided in annexes, such as sex-disaggregated statistics, reading lists, etc.

Particular attention should be given to providing sex-disaggregated statistics in all areas covered. Where such disaggregated statistics are not available this should be clearly pointed out.

Information should be obtained from government ministries, parliament, political parties, NGOs, civil society organizations, women's groups and networks, men's groups (where relevant), academic institutions and groups, statistical offices, private sector, including law firms, etc., donors and other international organizations.



## ANEXO III: Referências bibliográficas

- ADRA, *Deslocados: Estudo de casos. Malanje e Benguela*. Luanda, 1997.
- ADRA, *Política de trabalho da ADRA com o movimento não governamental*. Luanda, s.d.
- Aguilar, R, *Gender effects of structural adjustment in Luanda*. February 1992.
- Aguilar, R and Stenman, Å, Angola 1996: *Hyperinflation, confusion and political crisis*. Macroeconomic report 1996:11, Sida, Stockholm 1996.
- Aguilar, R, Angola: *Mais petróleo e problemas financeiros*. Relatório económico do país. 1998:5. Asdi, Estocolmo 1998.
- Amnesty International, Report, AFR 12/01/99, *Angola human rights – the gateway to peace*. [www.amnesty.org](http://www.amnesty.org).
- Angola – a country study*. Area handbook. Washington, DC: Library of 'Congress; US Department of the Army, 1989.
- Angola Peace Monitor*. Published by ACTA – Action for Southern Africa. Issue no. 8, vol V, 1999.
- Assembleia do Povo, *Lei nº 23/92 (Lei Constitucional)*. Luanda, 1992
- Assembleia do Povo, *Lei nº 1/88 (Código da Família)*. Luanda, 1988.
- Baden, S, et al., *Gender inequality and poverty: trends, linkages, analysis and policy implications*. Part I and II. Sida/Policy, 4/98. Stockholm 1998.
- Campbell, H, *Angolan women and the electoral process in Angola, 1992*. Africa Development Vol. XVIII, no. 2, 1993.
- Campbell, H, *War and peace in Angola*. Discussion paper nr 17. IDS, University of Zimbabwe, Harare, 1995.
- Castelo, M A, *Abordagem dos aspectos socioculturais do SIDA em Angola Luanda*. Dezembro de 1998.
- Ceita, C, *O papel da mulher na sociedade angolana*. Questões de género (draft). Luanda, 1999.
- Cohen, A, et al, *Sexual abuse and exploitation of children in time of war. The case of Angola*. Christian Children's Fund, Luanda, March 1996.
- Cohen, G, *Girls education research. Data collection on policies and programmes*. Angola, 1998.
- Cohen dos Santos, N, *O perfil da mulher angolana no desenvolvimento*. Luanda, 1997.
- Conselho de Ministros, *Decreto nº 18/82, Lei de Trabalho*. Luanda, 1982.
- Donlan, M, *Gender assessment of the support to the reintegration of demobilized soldiers (ANG/95/B02)*. New York, 1998.
- Ducados, H L, *Gender relations in the informal sector of Sub-Saharan Africa: The case of the informal fish trading in peri-urban Luanda*. Sussex, 1998.
- Ekman, B, *Economic reforms and the new budget in Angola*. Memorandum (Swedish), Swedish Embassy, May 1999.
- EIU Country Profile 1998/99*.
- Gama Vaz, R, *Current STD/HIV/AIDS situation in Angola*. UNAIDS/CPA. Luanda September 1998.
- Gilbert, M et al, *Socio-economic and demographic impact of AIDS in Angola: 1999-2009*. Luanda, June 1999.
- Government of Angola and UNICEF, *A brighter future for Angola's children. An analysis of the situation of children*. Luanda 1998.
- Grave, Maria Júlia, *The informal sector and women in the Angola economy*. Conference paper: Angola: "The challenge – peace and development". Luanda, 1998.
- Greenberg, M E, *Women's participation in Angola's reconstruction and in its political institutions and processes*. Volume I and II. WID-Tech, Washington D C, 1997.
- Höygaard, L, *A situação da mulher e da rapariga no contexto do sub-sistema do ensino superior em Angola*. Luanda, 22 de Abril de 1999.

Indevelop/Departamento de Estatística da MLP e ANG, *Folhas de estatísticas das maternidades periféricas*. Luanda, 1999.

*Information material* from FNLA, PRD, PLD, and ASSOMEL, May 1999.

Instituto Nacional de Estatística/UNICEF, *Inquérito de indicadores múltiplos. (Demografia, água e saneamento, saúde materno-infantil, nutrição, vacinação, fecundidade, mortalidade, educação)*. Angola, 1997.

Instituto Nacional de Estatística, *Perfil da pobreza em Angola*. Luanda, 1996.

Instituto Nacional de Estatística, *Poverty Alleviation Policy, Pursuing Equity and Efficiency (draft)*. Luanda, 1998.

Ministério da Assistência Social e Reinserção Social/Save the Children Fund UK, *Factors contributing to the voluntary separation of children*. Luanda, 1997.

Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, *Perfil dos recursos humanos da administração pública*. February 1999.

Ministério da Família e Promoção da Mulher, *Estratégia para promoção da mulher ao ano 2000*. Luanda, Abril, 1997.

Ministério da Família e Promoção da Mulher, *Programa nacional de microcrédito; Quadro institucional; Manual de procedimentos*. Luanda 1997.

Ministério da Família e Promoção da Mulher, *Relatório final da fase de sensibilização (Programa Nacional de Microcrédito)*. Luanda, Novembro de 1998.

Ministério da Família e Promoção da Mulher, Unidade de Estatística e Pesquisa, *Saúde reprodutiva*. FNUAP-UNIFEM, Proj. Ang. 97/PO3.

Ministério da Família e Promoção da Mulher, *Situação das mulheres. Primeiro relatório. Convenção da Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. Luanda, Março de 1998.

Ministry of Health of Angola, *National AIDS programme and United Nations theme group on HIV/AIDS, country profile and the national response in Angola*. Luanda, September 1997.

*Monitoring implementation of the Beijing commitments by SADC member states*. SADC Gender Monitor. Issue 1 February 1999, Gaborone, 1999.

Neto, M C, *Entre a tradição e a modernidade: Os Ovimbundu do Planalto Central à luz da história*. Luanda, 1994 (mimeo)

Neto, M C, *Alguns tópicos para reflexão*. Seminário ASDI "Género e saúde", Luanda 1992.

PNUD, *Relatório do desenvolvimento humano, Angola 1997*. Luanda, 1997.

PNUD, *Relatório do desenvolvimento humano, Angola 1998*. Luanda, 1998.

*Promotion of Micro and Small Scale Industrial and Commercial Enterprises*. The Ministry of Planning. [www.angola.org](http://www.angola.org)

Pålsson, G, *Transfer of knowledge during 1998, Maternity Health Programme, Luanda, Angola*. June, 1999.

*Relatório da República de Angola. 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher*. Luanda, 1994.

Save the Children Fund (UK) and Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), *O Caso das comunidades rurais no Huambo*. Luanda, 1997.

Serrano, D, et al., *HIV e SIDA em Angola. 1985-Junho 1998*. Ministério da Saúde/Direcção Nacional de Saúde Pública/Programa Nacional de Luta contra o SIDA, Luanda 1998.

Serrano, D, *Plano estratégico nacional para as doenças sexualmente transmissíveis, VIH e SIDA em Angola (2000-2002)*. Luanda, Julho de 1999.

Seynabou Guéye Tall, *Evaluation du programme selon le genre. Angola*. Programme Alimentaire Mondial. Luanda, 1996.

de Sousa, F e Viegas, W, *Algumas iniciativas de crédito nas áreas rurais da província do Huambo. A experiência da OIKOS*. Luanda, 1999.

Sousa e Silva, C, *Swedish Support to Malanje Economic Reactivation Programme-MERP. Appendix 10: Caracterização da população deslocada do município do Cacusó (Malange)*. Tyresö, 1996.

Svensson, R, *The economy of Angola*. Memorandum (Swedish), Swedish Embassy, January 2000.

Tickner, V, *Agriculture and small-scale enterprises in Malanje province, Angola. (Malanje Economic Reactivation Programme)*. Brighton, 1997.

Tomasevski, K, *A primer on CEDAW for international development co-operation personnel*. Sida/Policy 2/98, Stockholm 1998.

UCAH/MINARS, *Humanitarian situation in Angola. Annual report 1998*.

UCAH/MINARS, *Report on humanitarian situation in Angola*. Humanitarian Coordination Group, January/February 1999.

UCAH/MINARS, *Report on humanitarian situation in Angola*. Humanitarian Coordination Group, March/April 1999

UNDP, *Human Development Report 1996*. New York 1996.

UNICEF, *The State of the World's Children: Education*. 1999.

United Nations, *United Nations consolidated inter-agency appeal for Angola. January-December 1999*. New York and Geneva, December 1998.

World Bank, *Angola: Gender issues*. Information sheet, no. 1.22, Washington 1993.

World Learning, *Human Rights program in Angola*. Luanda, 1999.

ÅF/Swedish Management Group, *"Muddling through murky waters in Malanje"*. First Monitoring Mission. Malanje Economic Reactivation Programme (MERP). June, 1998.

ÅF/Swedish Management Group, *"Making ends meet in Malanje"* (*The fight for diamond rights – makes all go wrong*). Second Advisory Mission. Malanje Economic Reactivation Programme (MERP). November, 1998.

ÅF/Swedish Management Group, *"Lingering in limbo in Malanje"*. Midterm review of the Malanje Economic Reactivation Programme (MERP). Angola, March 1999.

Åkesson, G, *"Nós aprendemos de vocês e vocês aprendem de nós."* Relatório do trabalho sociológico sobre agricultura no sector familiar da Beira em Moçambique. Estocolmo, 1989.

Åkesson, L, *Feasibility study on rehabilitation support to the province of Malange, Angola. Gender aspects*. Göteborg, 1996.





Para  
Uma igualdade entre  
mulheres e homens  
em  
Angola



AGENCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL  
PARA O DESENVOLVIMENTO

Endereço: SE-105 25 Stockholm, Suécia

Visitas: Sveavägen 20, Stockholm (Estocolmo)

Tel.: +46-8-698 50 00 Fax: +46 8 20 88 64

E-mail: [info@sida.se](mailto:info@sida.se) Homepage: [www.sida.se](http://www.sida.se)

ISBN: 91-586-8908-7